

FICHA TÉCNICA

Título

Plano de Desenvolvimento Social do Concelho de Espinho 2013-2016

Coordenação - Núcleo Executivo da Rede Social de Espinho:

Armando Costa – Instituto do Emprego e Formação Profissional

Carlos Luís Gaio – Comissão de Protecção de Crianças e Jovens em Risco de Espinho

Isabel Cavacas - Cerciespinho

João Doce – Câmara Municipal de Espinho

Leonor Lêdo da Fonseca – Câmara Municipal de Espinho

Mónica Alexandre – Centro Hospitalar Vila Nova de Gaia / Espinho

Paula Beleza – I.S.S., I.P. – Centro Distrital de Segurança Social de Aveiro

Secretariado Técnico

Mariana Santos Costa – Associação de Desenvolvimento do Concelho de Espinho

Anabela Lourenço – Câmara Municipal de Espinho

Ano

2013

Edição

Rede Social de Espinho – Câmara Municipal de Espinho

ÍNDICE

ENQUADRAMENTO	4
NOTA METODOLÓGICA	6
DIAGNÓSTICO SOCIAL PRINCIPAIS TENDÊNCIAS.....	8
Território e População.....	9
Actividades Económicas, População Activa e Desemprego	11
Educação	15
Saúde.....	17
Habitação	19
Grupos Vulneráveis.....	21
Equipamentos Sociais.....	24
EIXO 1 - ENVELHECIMENTO.....	30
Outros Recursos Concelhios na Área do Envelhecimento.....	36
Especificação das medidas nacionais / locais Eixo 1 – Envelhecimento	37
EIXO 2 – EMPREGO E FORMAÇÃO	38
Outros Recursos Concelhios na Área do Emprego e Formação.....	43
Especificação das medidas nacionais / locais Eixo 2 – Emprego e formação	44
EIXO 3 - EDUCAÇÃO.....	45
Outros Recursos Concelhios na Área da Educação Não Formal, Informal e Especial.....	51
EIXO 4 - SAÚDE.....	56
Outros Recursos Concelhios na Área da Saúde	63
Especificação das medidas nacionais / locais Eixo 4 – Saúde	65
EIXO 5 - HABITAÇÃO	66
Outros Recursos Concelhios na área da Habitação.....	68
Especificação das medidas nacionais / locais Eixo 5 - Habitação	69
EIXO 6 – POBREZA E EXCLUSÃO SOCIAL.....	70
Outros recursos concelhios na área da Pobreza e Exclusão Social	79
Especificação das medidas nacionais / locais Eixo 6 – Pobreza e Exclusão Social.....	81

ENQUADRAMENTO

Na esteira do Decreto-Lei n.º 115/2006 de 14 de Junho, que regulamenta o Programa da Rede Social, os Planos de Desenvolvimento Social são instrumentos de definição conjunta e negociada de objectivos prioritários para a promoção do Desenvolvimento Social local e que têm em vista a produção, quer de efeitos correctivos ao nível da redução da pobreza e da exclusão social nas suas múltiplas vertentes e expressões, quer de efeitos preventivos com vista à melhoria das condições de vida das populações.

Estes documentos inscrevem-se num processo de planeamento estratégico que procura dar resposta às rápidas transformações sociais e dos quais resultam as orientações de política de acção social desenvolvidas, a curto/médio prazo, num contexto de rede.

O Plano de Desenvolvimento Social (doravante designado por PDS) 2013-2016 da Rede Social de Espinho tem por base as orientações do Núcleo da Rede Social do Instituto para o Desenvolvimento Social relativas à elaboração dos Planos Locais de Desenvolvimento Social (IDS, 2004) e promove a coordenação entre todos os actores que actuam no concelho e os princípios das grandes orientações políticas nacionais e autárquicas, traduzindo uma preocupação conjunta com os problemas associados aos riscos sociais que afectam, em particular, os grupos mais vulneráveis.

Centramo-nos, então, nas especificidades, constrangimentos e potencialidades do concelho de Espinho e da Rede Social e alinhamos as acções previstas com outros planos estratégicos relevantes, quer a nível local (como seja o Plano Director Municipal), quer a nível nacional (como seja a título de exemplo, o Programa Nacional de Política de Ordenamento do Território, a Estratégia Nacional para a Protecção Social e Inclusão Social, o IV Plano Nacional para a Igualdade, entre outros).

Por outro lado, o processo de planeamento traduz os eixos estratégicos definidos no Diagnóstico Social, estipulando as linhas estratégicas de acção que permitem agilizar a elaboração dos próximos planos de acção anuais do CLAS (nomeadamente o de 2014), promotores de desenvolvimento e inovação social.

Definem-se, neste documento, objectivos estratégicos e operacionais, bem como metas a atingir, as entidades responsáveis pelas acções e respectivos parceiros e os indicadores de avaliação que permitem, desde logo, aferir as orientações globais relativas à monitorização e avaliação da execução do PDS.

O PDS que ora se apresenta reflecte, então, o processo que se tem vindo a desenvolver no âmbito da solidificação da Rede Social e procura entrar num novo patamar da intervenção concelhia que tem por base uma visão assente na multidimensionalidade dos problemas sociais, a concertação de esforços, a conjugação de recursos e os princípios estruturais preconizados pelo quadro legal, nomeadamente: subsidiariedade, integração, articulação, participação, inovação e igualdade de género.



Em última instância, constitui-se como um documento de referência e orientação das políticas sociais locais e um compromisso conducente à mudança com vista à promoção do desenvolvimento social do concelho de Espinho e à melhoria da qualidade de vida da população residente.

NOTA METODOLÓGICA

O Plano de Desenvolvimento Social 2013-2016 decorre do Diagnóstico Social 2013 e, como tal, assume os mesmos princípios metodológicos – o método da investigação-acção e, dentro deste, a metodologia participativa de projecto.

O trabalho desenvolvido na fase de Diagnóstico permitiu a produção de um conhecimento alargado sobre o contexto social actual do concelho nas suas diferentes vertentes – demografia, economia, educação, saúde, habitação e pobreza e exclusão social – possibilitando a conjugação harmoniosa de informação quantitativa, aferida através da recolha e análise de dados estatísticos, com informação qualitativa e empírica que advém da experiência das instituições que actuam no terreno e da própria população.

Assim, e no âmbito do Diagnóstico, os diferentes actores foram convidados a encetar um processo de reflexão sobre os problemas prioritários e desafios colocados em cada um dos domínios considerados, que conduziu, por sua vez, à identificação de um conjunto de propostas de actuação passíveis de incidir nas causas dos fenómenos e de contribuir para a sua resolução.

Este processo permitiu ao Núcleo Executivo partir das problemáticas caracterizadas e priorizadas em sede de diagnóstico, bem como das propostas de actuação e dos recursos existentes no território e proceder a uma análise interpretativa e crítica da informação disponível, com base numa matriz de planeamento (estrutura base deste documento) que transforma os pontos fracos e constrangimentos priorizados em objectivos e metas concretizáveis, a serem alcançados a curto/médio prazo.

Posteriormente, o trabalho levado a termo pelo Núcleo Executivo foi devolvido ao CLAS em reuniões de trabalho e diversos contactos institucionais garantindo-se, por esta via, que os conteúdos inscritos neste PDS respeitam o princípio da participação activa dos parceiros, enquanto fonte directa e indirecta de informação e de estratégias de acção, e são colectivamente assumidos por todas as entidades públicas e privadas responsáveis pela intervenção social no concelho.

Nesta linha, e do ponto de vista metodológico, a transição do Diagnóstico Social para o Plano de Desenvolvimento Social é vista como uma sucessão natural das várias etapas de construção de um projecto de intervenção, passando-se da situação actual para uma situação desejável em cada um dos domínios estratégicos considerados. Este documento reflecte essa mesma sequência, sendo que num primeiro momento deste documento descrevemos uma síntese das principais tendências aferidas no Diagnóstico para passarmos, de seguida, à apresentação dos eixos do Plano.

Refira-se, por último, que, no âmbito do método da investigação-acção, o processo de planeamento é permanente, contínuo, sistémico e interactivo, prevendo-se uma adaptação contínua ao contexto e quotidiano de intervenção. Por tal, considerou-se fundamental construir,



para além do Diagnóstico Social e do Plano de Desenvolvimento Social, um Guia de Recursos Concelhio e um Observatório Social (disponíveis na página online da Rede Social), com o intuito de apoiar a estruturação das intervenções futuras, de forma planeada, articulada e participativa.

DIAGNÓSTICO SOCIAL | PRINCIPAIS TENDÊNCIAS

O planeamento da intervenção para o desenvolvimento social integrado implica, impreterivelmente, a produção de um conhecimento aprofundado das dinâmicas municipais, a par do envolvimento activo de todos os parceiros.

O Diagnóstico Social 2013 traça, então, o panorama da realidade social concelhia procurando identificar e compreender os principais problemas e constrangimentos locais, situá-los no contexto socioeconómico local, regional e nacional e apresentar a sua evolução ao longo dos últimos 5 anos. Para além da compilação e análise de um conjunto de dados quantitativos, proveniente de diversas fontes oficiais e locais, este documento contempla, ainda, o conhecimento empírico sobre os problemas e prioridades estratégicas, produzido pelos diversos agentes sociais (técnicos das instituições do CLAS, empresários e comunidade em geral), que foram envolvidos neste processo através da dinamização de grupos de trabalho e fóruns públicos.

Assim, apresentamos, de seguida, as principais tendências aferidas no Diagnóstico Social do Concelho de Espinho 2013, segundo a área temática, para passarmos, posteriormente, às linhas estratégicas do Plano de Desenvolvimento Social 2013-2016.

Território e População

Os indicadores demográficos revistos no Diagnóstico Social descortinam, desde logo, a tendência local para o decréscimo progressivo e sucessivo da população residente expresso por uma taxa de crescimento natural negativa, explicada, por um lado, pelo agravamento do envelhecimento e, por outro, pela saída da população mais jovem para outras áreas de residência (as quebras mais acentuadas ocorrem nos escalões etários que abrangem as pessoas dos 15 aos 24 anos e dos 0 aos 14 anos).

De facto, observa-se, na última década, a diminuição das taxas de fecundidade e de natalidade que, a par do aumento da longevidade dos cidadãos, têm provocado uma inversão da pirâmide etária, quer pela base (que diminui), quer pelo topo (que aumenta). Por tal, o envelhecimento da população concelhia torna-se num fenómeno social sem precedentes que influi determinantemente nos contratos sociais estabelecidos entre as diferentes gerações, gerando desafios complexos que exigem a participação de todos.

Ademais, aferimos transformações estruturais nos agregados familiares que espelham algumas das tendências evolutivas que têm marcado a sociedade portuguesa nas últimas décadas. De facto, os casais adiam, cada vez mais o primeiro casamento e o nascimento do primeiro filho, observando-se ainda a passagem da família alargada para a família nuclear, a importância crescente de novas formas de conjugalidade (união de facto, coabitação, vida a dois sem coabitação, famílias recompostas), a diminuição média do número de elementos nos agregados domésticos, bem como, a subida do número de pessoas isoladas (nomeadamente idosas), dos casais sem filhos, das famílias monoparentais e da taxa de divórcio.

Impõe-se, por último, uma referência ao crescimento da população estrangeira no município oriunda, sobretudo, do Brasil, da Roménia, da Ucrânia e da China.

Tabela 1 – Síntese Estatística do Capítulo I – Território e População

Indicadores	Data	Valores	Medida
População residente	2011	31.786	N
Variação entre 1991 e 2011 da população residente	1991/2011	-9,3	%
Índice de longevidade	2010	43,2	%
Taxa de crescimento natural	2010	-0,26	%
Taxa de crescimento efectiva	2010	-2,24	%
Taxa de crescimento migratório	2010	-1,98	%
Taxa bruta de fecundidade	2010	34,8	‰
Taxa bruta de natalidade	2010	8,3	‰
Taxa bruta de mortalidade	2010	10,9	%
Idade média do primeiro casamento para os homens	2008	29,2	anos
Idade média do primeiro casamento para as mulheres	2008	28,4	anos
População estrangeira	2010	669	N
Variação, entre 2008 e 2010, da população estrangeira	2008/2010	7,3	%
Proporção de pessoas entre os 0 e os 14 anos	2011	12,7	%
Proporção de pessoas entre os 15 e os 24 anos	2011	10,7	%
Proporção de pessoas entre os 25 e os 64 anos	2011	55,9	%
Proporção de pessoas com 65 e mais anos	2011	20,7	%
Índice de envelhecimento	2011	162,9	%
Variação entre 2001 e 2011 do índice de envelhecimento	2001/2011	67,7	p.p
Índice de dependência de idosos	2011	31,1	%
Variação entre 2001 e 2011 do índice de dependência de idosos	2001/2011	10,5	p.p.
Índice de dependência de jovens	2011	19,1	%
Índice de dependência total	2011	50,2	%
Índice de sustentabilidade potencial	2011	3,2	N
Índice de renovação da população em idade activa	2011	91,0	N
Idosos a residir sozinhos	2011	18,3	%
Idosos a residir com outras pessoas com 65 e mais anos	2011	37,4	%
Famílias clássicas	2011	12.029	N
Variação, entre 2001 e 2011, das famílias clássicas	2011	3,8	%
Proporção de famílias com 5 e mais pessoas	2011	7,1	%
Proporção de famílias monoparentais	2011	17,35	%

Actividades Económicas, População Activa e Desemprego

No quadro da actual crise económica e financeira portuguesa, os indicadores relativos às actividades económicas reflectem, desde logo, uma diminuição significativa do número de empresas sedeadas no concelho.

As características municipais revelam uma predominância dos empresários em nome individual e das microempresas (com menos de 10 trabalhadores), bem como uma elevada concentração do volume de negócios nas 4 maiores empresas.

Por outro lado, afere-se a terciarização do tecido empresarial, uma reduzida representação do sector secundário e um significado residual do sector primário. Tanto o sector primário, como o secundário têm vindo a sofrer uma diminuição expressiva nos últimos anos, sendo que neste último, as principais quebras ocorrem nos sectores da construção e da indústria transformadora, apontando-se como algumas causas o elevado preço dos terrenos industriais, a falta de infra-estruturas rodoviárias que facilitem o acesso à zona industrial e a elevada capacidade de atracção dos concelhos limítrofes.

Pese embora a redução das empresas nos sectores da construção e da indústria transformadora são, precisamente, estas áreas que reúnem um maior número de empresas no sector secundário, observando-se que no âmbito das indústrias transformadoras, são as 'indústrias da madeira e da cortiça' e a 'fabricação de obras de cestaria e de espartaria', a par da 'fabricação de produtos metálicos' e das 'indústrias alimentares' as que congregam um maior número de empresas. Por outro lado, e no sector terciário, destacam-se o 'comércio por grosso e a retalho e a reparação de veículos automóveis e motociclos', bem como as 'outras actividades de serviços', seguidas pelas 'actividades de consultoria', as 'actividades de alojamento e restauração', as 'actividades de saúde humana e apoio social' e as de 'educação'.

Por sua vez, o volume de negócios divide-se por três áreas de actividade: 'comércio por grosso e a retalho (...)', 'actividades artísticas, de espectáculos, desportivas e recreativas' e 'indústrias transformadoras', sendo que nestas últimas se concentra na 'fabricação de artigos de borracha e de matérias plásticas', 'fabricação de pasta de papel, de cartão e seus artigos', 'indústrias alimentares' e 'fabricação de têxteis'.

Dada a importância que o turismo assume no concelho, considera-se importante referir que a maioria dos hóspedes dos estabelecimentos hoteleiros reside em Portugal, seguindo-se os provenientes de Espanha.

No domínio da população activa, nomeadamente dos trabalhadores por conta de outrem ao serviço das empresas com sede no município, apuramos uma diminuição que acompanha, naturalmente, o decréscimo do número de empresas. Sobressai, desde logo, uma desqualificação escolar generalizada acompanhada por baixos salários médios mensais. Quanto às áreas de actividade que reúnem maiores números de trabalhadores distinguem-se, por ordem decrescente, o 'comércio por grosso e a retalho (...)', 'as indústrias transformadoras', as 'actividades artísticas, de espectáculos, desportivas e recreativas', o 'alojamento,

restauração e similares’, a ‘construção’ e, por fim, as ‘actividades de saúde humana e apoio social’.

Por fim, aludimos ao desemprego, constatando-se uma elevada taxa de desemprego reflexa, tanto da crise financeira nacional, como do encerramento de diversas fábricas no concelho e nas zonas limítrofes. A análise da evolução mensal dos desempregados inscritos no IEFP faz sobressair o carácter sazonal de algumas actividades económicas, nomeadamente as do sector turístico, já que as épocas de menor desemprego coincidem com os meses de verão e com o natal.

O desemprego assume-se, indubitavelmente, como um fenómeno discriminatório e selectivo que incide de forma desigual nas diferentes categorias populacionais. Como tal, apuramos o predomínio das mulheres, das pessoas entre os 35 e os 54 anos (e um número significativo de pessoas com 55 e mais anos), dos indivíduos com baixas habilitações literárias (mais de metade dos desempregados não detinha o 3º ciclo do ensino básico) e dos desempregados de longa e muito longa duração.

No que diz respeito às áreas de actividade que compreendiam um maior número de pessoas em situação de desemprego salientam-se a ‘construção’, as ‘actividades imobiliárias, administrativas e dos serviços de apoio’, o ‘comércio por grosso e a retalho (...)’ e o ‘alojamento, restauração e similares’.

Por último, as ofertas de emprego afiguram-se deveras reduzidas face ao número de desempregados, averiguando-se que as áreas de actividade em que se enquadravam a maioria das ofertas são a área da ‘administração pública, educação, actividades de saúde e apoio social’, as ‘actividades imobiliárias, administrativas e dos serviços de apoio’, o ‘alojamento, restauração e similares’, as ‘outras actividades de serviços’ e a ‘construção’.

Tabela 2 – Síntese Estatística do Capítulo II – Actividades Económicas, População Activa e Desemprego.

Indicadores	Data	Valores	Medida
Actividades Económicas			
Número de empresas sedeadas no concelho	2008	3.700	N
Variação, entre 2004 e 2008, do n.º de empresas	2004/2008	-11,9	%
Proporção de empresas em nome individual	2008	71,95	%
Proporção de microempresas (- de 10 trabalhadores)	2008	96,9	%
Pessoal ao serviço por empresa	2008	2,6	%
Volume de negócios por empresa	2008	145,9	Milhares de euros
Concentração do volume de negócios das 4 maiores empresas	2008	33,1	%
Concentração do valor acrescentado bruto das 4 maiores empresas	2008	46,2	%
Número de hóspedes dos estabelecimentos hoteleiros	2008	2.9430	N
Representação do sector primário	2008	0,1	%
Representação do sector secundário	2008	14	anos
Representação do sector terciário	2008	86	anos
Áreas de actividade com maior número de empresas			
Comércio por grosso e a retalho; reparação de veículos automóveis e motociclos	2008	28,30	%
Outras actividades de serviços	2008	15,16	%
Actividades de consultoria, científicas, técnicas e similares	2008	8,03	%
Alojamento, restauração e similares	2008	7,92	%
Construção	2008	7,41	%
Actividades de saúde humana e apoio social	2008	7,08	%
Educação	2008	7,05	%
Indústrias transformadoras	2008	6,43	%
Actividades artísticas, de espectáculos, desportivas e recreativas	2008	4,51	%
Áreas de actividade com um maior número de negócios			
Comércio por grosso e a retalho; reparação de veículos automóveis e motociclos	2008	41,04	%
Actividades artísticas, de espectáculos, desportivas e recreativas	2008	21,69	%
Indústrias Transformadoras	2008	18,38	%
População Activa			
População activa	2011	14.611	N
Número de trabalhadores ao serviço em empresas do concelho	2008	9.565	N
Variação, entre 2004 e 2008, dos trabalhadores por conta de outrem ao serviço em empresas do município	2004/2008	-11,9	%
Trabalhadores com habilitações inferiores ao 1º ciclo	2008	2,2	%
Trabalhadores com o 1º ciclo do ensino básico	2008	23,7	%
Trabalhadores com o 2º ciclo do ensino básico	2008	20,8	%
Trabalhadores com o 3º ciclo do ensino básico	2008	22,2	%
Trabalhadores com o ensino secundário	2008	20,8	%
Trabalhadores com o ensino superior	2008	10,0	%
Ganho médio mensal	2008	791,70	€
Disparidade no ganho médio mensal por sexo	2008	9,8	%
Disparidade no ganho médio mensal por sector de actividade	2008	3,0	%

Tabela 2 – Síntese Estatística do Capítulo II – Actividades Económicas, População Activa e Desemprego (continuação).

Indicadores	Data	Valores	Medida
População Activa (continuação)			
Disparidade no ganho médio mensal por nível de habilitações	2008	33,0	%
Áreas de actividade com maior número de trabalhadores por conta de outrem			
Comércio por grosso e a retalho; reparação de veículos automóveis e motociclos	2008	23,54	%
Indústrias transformadoras	2008	19	%
Actividades artísticas, de espectáculos, desportivas e recreativas	2008	16,24	%
Alojamento, restauração e similares	2008	8,92	%
Outras actividades de serviços	2008	7,15	%
Construção	2008	6,23	%
Actividades de saúde humana e apoio social	2008	5,08	%
Desemprego			
Taxa de desemprego	2011	18,4	%
Número de desempregados inscritos no IEFP	Dez. 2011	3.319	N
Proporção de mulheres desempregadas (IEFP)	2011	54,4	%
Desempregados com menos de 25 anos (IEFP)	2011	11,2	%
Desempregados entre os 25 e os 34 anos (IEFP)	2011	20,5	%
Desempregados entre os 35 e os 54 anos (IEFP)	2011	47,8	%
Desempregados com 55 e mais anos (IEFP)	2011	20,5	%
Desempregados sem o 1º ciclo do ensino básico (IEFP)	2011	7,2	%
Desempregados com o 1º ciclo do ensino básico (IEFP)	2011	28,3	%
Desempregados com o 2º ciclo do ensino básico (IEFP)	2011	17,8	%
Desempregados com o 3º ciclo do ensino básico (IEFP)	2011	19,8	%
Desempregados com o ensino secundário (IEFP)	2011	17,4	%
Desempregados com o ensino superior (IEFP)	2011	9,5	%
Cidadãos estrangeiros desempregados inscritos no IEFP	2011	2	%
Desempregados inscritos no IEFP há 12 meses ou mais	2011	59,3	%
Áreas de actividade com um maior número de pessoas em situação de desemprego (IEFP)			
Construção	2011	13,5	%
Actividades imobiliárias, administrativas e dos serviços de apoio	2011	12,6	%
Comércio por grosso e a retalho	2011	11,9	%
Alojamento, restauração e similares	2011	9,3	%
Administração pública, educação, actividades de saúde e apoio social	2011	7,6	%
Áreas de actividade com um maior número de ofertas profissionais (IEFP)			
Administração pública, educação, actividades de saúde e apoio social	2011	26,3	%
Actividades imobiliárias, administrativas e dos serviços de apoio	2011	19,2	%
Alojamento, restauração e similares	2011	10	%
Outras actividades de serviço	2011	8	%
Construção	2011	5,6	%

Educação

A maioria da população residente no concelho de Espinho possui, apenas, o ensino básico, assistindo-se à preponderância das pessoas com o 1º ciclo. Não obstante, e comparativamente com os restantes territórios em análise no Diagnóstico Social (Portugal, Área Metropolitana do Porto, distrito do Porto e distrito de Aveiro) o município obtém um menor peso do segmento populacional sem qualificação académica e uma maior percentagem de pessoas com o ensino superior. Aliás, e comparativamente com os Censos de 2001, aferimos uma tendência generalizada para um recuo da população com baixos níveis de escolaridade e um aumento das pessoas com graus de ensino mais elevados, sobretudo no ensino superior.

Uma análise evolutiva, entre os anos lectivos 2004/05 e 2010/11, permite-nos apurar uma diminuição dos alunos que frequentam a rede de estabelecimentos da educação pré-escolar, bem como do 1º e 2º ciclos do ensino básico, enquanto ao nível do 3º ciclo e do ensino secundário detectamos um aumento do número de matrículas.

No período temporal em análise, regista-se um incremento expressivo do número de alunos matriculados em cursos de educação e formação no ensino básico, bem como dos alunos integrados no ensino profissional ao nível do ensino secundário, sendo ainda de salientar, no âmbito do ensino secundário, um aumento de matrículas na rede privada.

As taxas de retenção e desistência no ensino básico e secundário são inferiores às registadas em Portugal e revelam uma tendência decrescente. Por sua vez, as taxas brutas de escolarização têm vindo a aumentar ao longo dos últimos 7 anos, fixando-se em valores significativamente superiores aos registados em Portugal.

A esmagadora maioria dos adultos inscritos na rede educativa local frequenta o 3º ciclo do ensino básico e o ensino secundário, sobretudo, através dos processos de Reconhecimento, Validação e Certificação de Competências e dos Cursos de Educação e Formação de Adultos. Observa-se uma diminuição gradual do número de pessoas a frequentar o ensino recorrente e, em oposição, um aumento do número de inscrições em processos de RVCC, nomeadamente no 3º ciclo e no ensino secundário.

No último período intercensitário (2001-2011) constatamos uma diminuição da taxa de analfabetismo, fixa abaixo da registada a nível nacional e, muito embora seja acompanhada por uma quebra na taxa de abandono escolar, verifica-se que os valores desta última são quase o dobro dos aferidos em Portugal.

No ano lectivo 2010/11, a quase totalidade dos alunos inscritos no pré-escolar beneficiava de apoio socioeducativo na componente de apoio à família ao nível do almoço, averiguando-se um aumento progressivo desde 2006/07. Em oposição, o apoio socioeducativo prestado no decorrer da tarde tem vindo a diminuir. Por sua vez, os apoios socioeducativos prestados aos alunos do 1º ciclo correspondiam a pouco menos de metade do total de alunos inscritos, e têm vindo a aumentar desde 2007/08, verificando-se que a maioria dos alunos se enquadra ao abrigo do escalão A.

Tabela 3 – Síntese Estatística do Capítulo III - Educação

Indicadores	Data	Valores	Medida
População sem nenhum nível de ensino	2011	16,8	%
População com o 1º ciclo do ensino básico	2011	28,9	%
População com o 2º ciclo do ensino básico	2011	13,6	%
População com o 3º ciclo do ensino básico	2011	15,4	%
População com o ensino secundário	2011	11,6	%
População com o ensino pós-secundário	2011	1,1	%
População com o ensino superior	2011	12,6	%
Variação, entre 2001 e 2011, da população com nenhum nível de ensino	2011	-7,6	%
Variação, entre 2001 e 2011, da população com o 1º ciclo do ensino básico	2011	-0,2	%
Variação, entre 2001 e 2011, da população com o 2º ciclo do ensino básico	2011	-0,7	%
Variação, entre 2001 e 2011, da população com o 3º ciclo do ensino básico	2011	2,1	%
Variação, entre 2001 e 2011, da população com o ensino secundário	2011	0,6	%
Variação, entre 2001 e 2011, da população com o ensino pós-secundário	2011	0,2	%
Variação, entre 2001 e 2011, da população com o ensino superior	2011	5,6	%
Número de crianças a frequentar as creches da rede privada sem fins lucrativos	2012	278	N
Número de crianças a frequentar a rede pré-escolar	2010/11	907	N
Número de crianças a frequentar a rede do ensino básico	2010/11	4.221	N
Taxa de retenção e desistência no ensino básico	2010/11	6,1	%
Taxa de retenção e desistência no 1º ciclo	2010/11	3,2	%
Taxa de retenção e desistência no 2º ciclo	2010/11	4,0	%
Taxa de retenção e desistência no 3º ciclo	2010/11	10,9	%
Taxa bruta de pré-escolarização	2010/11	122,2	%
Taxa bruta de escolarização no ensino básico	2010/11	167,4	%
Taxa real de pré-escolarização	2010/11	100	%
Número de alunos a frequentar o ensino secundário	2010/11	2.136	N
Taxa de retenção e desistência no ensino secundário	2010/11	16,9	%
Taxa bruta de escolarização no ensino secundário	2010/11	245,8	%
Número de adultos a frequentar o 1º ciclo	2010/11	20	N
Número de adultos a frequentar o 2º ciclo	2010/11	14	N
Número de adultos a frequentar o 3º ciclo	2010/11	217	N
Número de adultos a frequentar o ensino secundário	2010/11	258	N
Taxa de analfabetismo	2011	4,70	%
Variação, entre 2001 e 2011, da taxa de analfabetismo	2001/2011	-2,26	%
Taxa de abandono escolar	2011	4,09	%
Variação, entre 2001 e 2011, da taxa de abandono escolar	2001/2011	-1,14	%
Número total de alunos do pré-escolar com apoio CAF	2010/11	470	N
Número total de alunos do 1º ciclo com apoio socioeducativo	2010/11	580	N
Proporção de alunos do 1º ciclo com apoio socioeducativo no escalão A	2010/11	60,2	%

Saúde

No capítulo da saúde, deparamo-nos com o facto de existirem mais utentes inscritos nas unidades funcionais de saúde de Espinho do ACES do Grande Porto IX – Espinho/Gaia do que o número de residentes, sendo de salientar que a quase totalidade dos inscritos detém médico de família. A maioria das consultas realizadas em 2010 ocorreram nas áreas de medicina geral e familiar – saúde de adultos, saúde do recém-nascido, da criança e do adolescente, planeamento familiar e saúde materna.

Por outro lado, e quanto às consultas realizadas no Centro Hospitalar de Vila Nova de Gaia/Espinho, diferenciam-se as áreas de oftalmologia, ortopedia, cardiologia, otorrinolaringologia e pneumologia. Em termos evolutivos, entre 2008 e 2011, denota-se um incremento das consultas de oftalmologia, otorrinolaringologia, psiquiatria e pedopsiquiatria, realçando-se, por um lado, as listas de espera nas consultas de oftalmologia e estomatologia dos utentes de Acção Social e Rendimento Social de Inserção e, por outro, a necessidade de criar respostas concelhias no domínio da saúde mental.

Ao nível dos indicadores de saúde, apuramos um ligeiro aumento da taxa de mortalidade neonatal, bem como da taxa de mortalidade infantil. Quanto às causas dos óbitos ocorridos na zona de influência dos ACES de Gaia e Espinho/Gaia averiguamos que, no triénio 2007-09, são atribuídas, por ordem decrescente, às doenças do aparelho circulatório, aos tumores malignos, aos sintomas, sinais e achados anormais não classificados, às doenças do aparelho respiratório e às doenças endócrinas nutricionais e metabólicas. A diabetes mellitus, o tumor maligno do pâncreas e o VIH/Sida são distinguidas no Plano Local de Saúde ao nível da taxa de mortalidade padronizada. Já quanto às doenças de declaração obrigatória sobressai a tuberculose, seguida pela parotidite epidémica, outras salmoneloses e a doença dos legionários.

No domínio dos comportamentos de risco associados ao consumo de substâncias psicoactivas, detectamos uma elevada prevalência do consumo de tabaco, bem como de pessoas com consumos problemáticos de álcool. Por sua vez, a extinção dos programas de respostas integradas (PRI) nos eixos da prevenção e da reinserção tem vindo a ser referida, pelos técnicos que actuam no terreno, como um ponto fraco, pese embora o facto de as suas competências serem actualmente asseguradas pelo Centro de Respostas Integradas do Porto Central, SICAD, I.P..

Ao nível dos indivíduos com longos percursos de consumo de substâncias psicoactivas, integrados em estruturas de tratamento e/ou acompanhados pela equipa de redução de riscos e minimização de danos, detecta-se, na maioria dos casos, o predomínio de um conjunto de problemáticas que aumentam a sua vulnerabilidade ao risco social, nomeadamente, fragilidade da retaguarda familiar, baixas habilitações literárias, desemprego e problemas de saúde como sejam a tuberculose, o VIH/Sida, as hepatites B e C, comorbilidades psiquiátricas e os problemas estomatológicos. Salienta-se, ainda, a marginalização social de que muitas vezes são alvo.

Tabela 4 – Síntese Estatística do Capítulo IV - Saúde

Indicadores	Data	Valores	Medida
Número médio de consultas por habitante	2010	4,4	N
Número de médicos por 1000 habitantes	2010	5,5	N
Número de enfermeiros por 1000 habitantes	2010	4,5	N
Farmácias e postos farmacêuticos móveis por 1000 habitantes	2010	0,3	N
Número total de utentes inscritos nas unidades funcionais do concelho de Espinho do ACES Espinho/Gaia	2011	43.514	N
Percentagem de utentes inscritos no ACES Espinho/Gaia com médico de família	2011	94,87	%
Número de consultas realizadas nas unidades funcionais do concelho de Espinho	2010	106.252	N
Número de consultas externas acedidas pelos residentes de Espinho no CHVNG/E	2011	28.269	N
Taxa quinquenal de mortalidade neonatal	2005-2009	2,2	‰
Taxa quinquenal de mortalidade infantil	2005-2009	3,0	‰
Taxa de mortalidade por doenças do aparelho circulatório	2010	3,0	‰
Taxa de mortalidade por tumores malignos	2010	2,7	‰
Taxa de notificação de casos de Doença de Declaração Obrigatória	2008	0,6	‰
Número de pessoas com VIH/SIDA inscritas na Segurança Social	2011	15	N
Número de consultas de psiquiatria no CHVNG/E	2011	996	N
Número de consultas de pedopsiquiatria no CHVNG/E	2011	250	N
Número de pessoas inscritas na RNCCI, entre 2008 e 2012	2008-2011	460	N
Número de residentes com consumo nocivo de tabaco inscritos no ACES Espinho/Gaia	2011	4.301	N
Número de residentes com consumos problemáticos de álcool inscritos no ACES Espinho/Gaia	2011	466	N
Número de condutores com taxa de alcoolemia superior ao limite legal permitido apanhados em operações STOP da PSP	2009	155	N
Número de pessoas abrangidas, entre 2010 e 2012, pelo (Re)Agir – PRI da Prevenção	2010-2012	1.956	N
Número de pessoas integradas em estruturas de tratamento	2011	175	N
Número de pessoas acompanhadas pelo '(En)caminhar o Futuro' – PRI da Reinserção	2008-2012	98	N
Número de pessoas acompanhadas pelo SMACTE – PRI da Redução de Riscos e Minimização de Danos	2010-2012	232	N
Número de pessoas com dependências de substâncias psicoactivas acompanhadas ao nível da Acção Social/RSI	2011	110	N

Habitação

Neste capítulo encontramos um parque habitacional relativamente recente, com um elevado número de edifícios construídos após a década de 70, nomeadamente nas últimas duas décadas. Registe-se, aliás, que o crescimento de alojamentos é superior ao dos edifícios e quase três vezes superior ao das famílias, detectando-se um peso significativo de alojamentos vagos (disponíveis no mercado para venda e arrendamento) e de residências secundárias/sazonais. De facto, confrontamo-nos com uma duplicação dos alojamentos vagos nos últimos 30 anos e uma quadruplicação da residência secundária.

Dada a importância de alojamentos de residência secundária, denota-se uma diminuta carência habitacional quantitativa, dada pela diferença entre o número de alojamentos de residência habitual e o número de famílias. No domínio qualitativo, e não olvidando a juventude do parque habitacional, detectamos algumas vulnerabilidades explícitas no número de alojamentos sobreocupados, muito degradados e com necessidades de reparações, sem esquecer os alojamentos sem pelo menos uma infra-estrutura básica, designadamente sem instalação de banho ou duche, sem água canalizada.

Notamos, ainda, uma elevada dependência do acesso à habitação através do regime de casa própria por oposição à reduzida importância do arrendamento. Não obstante, na última década, observa-se um ligeiro declínio da propriedade privada e um acréscimo do peso dos alojamentos arrendados, em resultado da conjuntura económica e das restrições impostas ao crédito bancário.

Ao nível do arrendamento predominam os contratos de arrendamento com duração indeterminada, sendo o escalão de renda mensal mais frequente o compreendido entre os 200,00€ e os 399,00€. Por sua vez, a maioria dos proprietários tem encargos por compra entre os 250,00€ e menos de 350,00€.

No âmbito do parque habitacional de gestão municipal detectam-se, desde logo, estádios de conservação distintos, em função do tipo de habitação e da época de construção, apesar de se detectar um elevado número de fogos devolutos no património habitacional disperso, devido ao mau estado de conservação, decorrente, por seu turno, da idade avançada dos edifícios.

A nível social, a caracterização sociodemográfica dos titulares dos fogos de habitação de gestão municipal permite-nos constatar uma prevalência de famílias numerosas (com 5 ou mais elementos), um número significativo de famílias monoparentais, um quadro marcado por baixas habilitações literárias e situações de desemprego, nomeadamente de desemprego de longa duração, bem como a existência de diversas situações de dependência de subsídios sociais, em particular do Rendimento Social de Inserção.

Por último, refira-se a entrada, nos serviços camarários, de um número expressivo de pedidos de habitação nos últimos 5 anos devido, principalmente, a rendas elevadas e dificuldades económicas, a situações de sobreocupação e a más condições de habitabilidade.

Tabela 5 – Síntese Estatística do Capítulo V - Habitação

Indicadores	Data	Valores	Medida
Alojamentos clássicos	2011	15778	N
Variação, entre 2001 e 2011, dos alojamentos clássicos	2001-2011	8,1	%
Edifícios	2011	8889	N
Variação, entre 2001 e 2011, dos edifícios	2001-2011	10,7	%
Rácio de alojamentos por edifício	2011	1,78	N
Alojamentos clássicos de residência secundária	2011	12,6	%
Alojamentos clássicos vagos	2011	11,6	%
Alojamentos clássicos vagos para venda	2011	22,5	%
Alojamentos clássicos vagos para aluguer	2011	15,8	%
Alojamentos clássicos vagos para demolição	2011	3,2	%
Alojamentos clássicos com regime de ocupação do proprietário	2011	59,9	%
Alojamentos clássicos arrendados	2011	29,8	%
Escalão do valor da renda menos de 50€	2011	32,1%	%
Escalão do valor da renda entre 50,00€ e 199,00€	2011	30,4	%
Escalão do valor da renda entre 200,00€ e 300,00€	2011	32,1%	%
Escalão do valor da renda superior a 500,00€	2011	1,8%	%
Alojamentos de arrendamento público	2011	8,2	%
Alojamentos ocupados pelo proprietário sem encargos	2011	69,8	%
Alojamentos ocupados pelo proprietário com encargos inferiores a 75,00€	2011	4,45	%
Alojamentos ocupados pelo proprietário com encargos entre os 250,00€ e os 499,00€	2011	48,1	%
Alojamentos ocupados pelo proprietário com encargos entre os 250,00€ e os 499,00€	2011	48	%
Alojamentos ocupados pelo proprietário com encargos superiores a 800,00€	2011	4,9	%
Edifícios anteriores a 1945	1945	14,7	%
Edifícios construídos entre 1971-1980	1971-1980	16,7	%
Edifícios construídos entre 1981-1990	1980-1990	17,2	%
Edifícios construídos entre 1991-2000	1991-2000	14,7	%
Edifícios construídos entre 2001-2011	2001-2011	8,4	%
Edifícios sem necessidade de reparação	2011	70,7	%
Edifícios com necessidade de pequenas reparações	2011	16,7	%
Edifícios com necessidade de reparações médias	2011	7,2	%
Edifícios com necessidade de grandes reparações	2011	3,4	%
Edifícios muito degradados	2011	2,0	%
Alojamentos sobrelotados	2011	12,1	%
Alojamentos sublotados	2011	29,6	%
Alojamentos com água canalizada da rede pública	2011	89,2	%
Alojamentos com água canalizada da rede privada	2011	10,2	%
Alojamentos sem água canalizada	2011	0,5	%
Alojamentos sem instalação de banho ou duche	2011	2,0	%
Alojamentos sem retrete	2011	0,3	%
Alojamentos com retrete e sem dispositivo de recarga	2011	0,8	%
Número de fogos de gestão municipal	2011	469	N
Residentes nos fogos de gestão municipal (valor aproximado)	2011	1477	N
Número de fogos cuja gestão cabe ao IHRU, I.P.	2011	359	N

Grupos Vulneráveis

O sexto e último capítulo do Diagnóstico Social pretende dar visibilidade aos grupos sociais mais vulneráveis ao risco social que não tinham sido caracterizados nos capítulos anteriores.

Assim, e no que se refere aos beneficiários do Rendimento Social de Inserção (RSI) averiguamos uma percentagem significativa de beneficiários no conjunto da população residente, muito embora se denote, entre 2007 e 2011, uma diminuição gradual do número de acordos assinados e, conseqüentemente, de pessoas abrangidas pela medida. Em contraposição, assistimos ao incremento da percentagem de beneficiários que se autonomizaram da medida.

A caracterização sociodemográfica dos beneficiários do RSI permite-nos descortinar um peso expressivo das crianças e jovens e uma preponderância das famílias nucleares com filhos e das pessoas isoladas, bem como um significado considerável das famílias monoparentais e das famílias numerosas. Os rendimentos de mais de metade dos agregados não atingem os 50,00€ mensais, sendo de notar que o valor de referência da prestação de RSI se fixava, em 2012, nos 189,02€, apurando-se que a quase totalidade dos agregados recebem até 600,00€ mensais de prestação. As baixas habilitações literárias constituem um factor decisivo no processo de vulnerabilização dos indivíduos e reflectem-se numa integração precária do mercado de emprego, assim como no predomínio de situações de desemprego, sobretudo de longa duração. Ademais, os elementos analisados comprovam uma reprodução intergeracional da pobreza no território.

Quanto às crianças e jovens em risco, e tendo por base os dados cedidos pela Comissão de Protecção de Crianças e Jovens em Risco de Espinho, detectamos um aumento, entre 2010 e 2011, do volume processual da CPCJ, sobressaindo o número de processos que abrange a faixa etária dos 0 aos 5 anos. A maioria das crianças e jovens acompanhados por este organismo reside com a família biológica, concluindo-se que os cuidadores se situam, sobretudo, na faixa etária dos 35 e 44 anos e que detêm baixas habilitações literárias, nomeadamente, ao nível do 1º e 2º ciclo do ensino básico. Detecta-se, ainda, uma percentagem significativa de famílias que auferem de prestações sociais. No que diz respeito às razões que despoletam a abertura dos processos destacam-se a negligência, a exposição a modelos de comportamento desviante, o abandono escolar, os maus-tratos físicos e os maus-tratos psicológicos.

Por outro lado, o tema da incapacidade é tratado, pela primeira vez, nos Censos 2011, colocando-se em evidência o facto de existir um grande número de pessoas com muita dificuldade ou sem conseguir realizar pelo menos uma das 6 actividades básicas do dia-a-dia, a saber: ver, ouvir, andar, memória/concentração, tomar banho/vestir-se, compreender os outros/fazer-se compreender. Face à elevada representatividade do número de pessoas com 65 e mais anos no município, constatamos que este valor é superior ao dos restantes territórios em foco no Diagnóstico Social, já que mais de metade das pessoas com incapacidades se

situa neste escalão etário. Neste domínio, há também que realçar as elevadas listas de espera para o Lar Residencial da Cerciespinho, tal como para o Centro de Actividades Ocupacionais.

O concelho de Espinho acolhe uma comunidade cigana que é tida como um dos grupos vulneráveis ao risco social, verificando-se que a esmagadora maioria dos elementos detém baixas qualificações escolares e profissionais, está integrada em empregos precários, obtém os seus rendimentos através de prestações sociais (RSI, abonos e pensões) e reside em bairros de habitação social. No entanto, será de atender ao recente aumento da escolaridade das crianças e jovens de etnia cigana, bem como ao facto de a maioria da população se encontrar ocupada, quer seja através do exercício de uma actividade profissional (especialmente na venda ambulante em feiras), quer da frequência de estabelecimentos de ensino e/ou formação.

No que diz respeito às vítimas de violência doméstica prevalecem os crimes com o cônjuge/análogo constatando-se um agravamento, entre 2008 e 2011, de todos os crimes de violência doméstica, nomeadamente nos crimes com menores e nos outros tipos de violência. Realça-se o facto de a proporção dos crimes de violência doméstica com menores serem superiores aos aferidos em Portugal, no distrito de Aveiro e no distrito do Porto.

Por último, aduzimos neste capítulo aos sem-abrigo cujo perfil, traçado pelos técnicos que actuam junto desta população, os retrata como indivíduos dependentes de uma qualquer substância psicoactiva (nomeadamente opiáceos) e que se abrigam em casas abandonadas, partilhadas com pessoas na mesma situação. Menciona-se, também, uma grande incidência de comorbilidade psiquiátrica, uma baixa auto-estima e poucos hábitos de higiene. Estes problemas são agravados por um afastamento das estruturas formais de apoio, designadamente dos cuidados de saúde.

Tabela 6 – Síntese Estatística do Capítulo VI – Grupos Vulneráveis

Indicadores	Data	Valores	Medida
Proporção de beneficiários do RSI face à população residente	2011	4,7	%
Acordos assinados no âmbito do RSI	2011	559	N
Beneficiários abrangidos pelo RSI	2011	1491	N
Acções contratualizadas pelo RSI	2011	3196	N
Acções contratualizadas e executadas (RSI)	2011	1203	N
Programas de inserção em acompanhamento (RSI)	2011	436	N
Beneficiários que se autonomizaram da medida de RSI	2011	137	N
Famílias que recebem até 50,00€ mensais de RSI	2011	9,7	%
Famílias que recebem entre 100,00 e 200,00€ mensais de RSI	2011	37,7	%
Famílias que recebem entre 200,00 e 300,00€ mensais de RSI	2011	14	%
Famílias que recebem entre 400,00 e 600,00€ mensais de RSI	2011	14	%
Valor de referência do RSI	2012	189,02	€
Volume processual global da CPCJ	2011	233	N
Processos arquivados	2011	121	N
Motivos da intervenção da CPCJ - negligência	2010	29,9	%
Motivos da intervenção da CPCJ – exposição a modelos de comportamento desviante	2010	24,7	%
Motivos da intervenção da CPCJ – abandono escolar	2010	14,3	%
Motivos da intervenção da CPCJ – maus-tratos físicos	2010	14,3	%
Motivos da intervenção da CPCJ – maus-tratos psicológicos	2010	10,4	%
Medidas aplicadas pela CPCJ – apoio junto dos pais	2010	84,2	%
Medidas aplicadas pela CPCJ – acolhimento institucional	2010	10,5	%
População residente com pelo menos uma dificuldade	2011	17,1	%
Pessoas que não conseguem ver	2011	1,8	%
Pessoas que não conseguem ouvir	2011	1,9	%
Pessoas que não conseguem andar ou subir degraus	2011	6,0	%
Pessoas que não conseguem ter capacidade de memória ou concentração	2011	5,7	%
Pessoas que não conseguem tomar banho ou vestir-se sozinhos	2011	8,6	%
Pessoas que não conseguem compreender os outros ou fazer-se compreender	2011	3,9	%
Pessoas com deficiência acompanhadas pela Cerciespinho	2012	218	N
Pessoas de etnia cigana residentes no município (aproximadamente)	2011	319	N
Proporção das pessoas de etnia cigana face à população em geral	2011	1,0	%
Crimes praticados contra as pessoas	2011	389	N
Taxa de criminalidade relativa aos crimes contra a integridade física	2011	9,5	‰
Crimes de violência doméstica	2011	121	N
Proporção de crimes de violência doméstica com o cônjuge/análogo	2011	72,7	%
Proporção de crimes de violência doméstica com menores	2011	3,3	%
Pessoas sem-abrigo	2011	35	N

Equipamentos Sociais

Os equipamentos sociais são transversais a todas as áreas do Diagnóstico Social e foram incluídos no Guia de Recursos do concelho de Espinho. No entanto, e para efeitos da elaboração do Plano de Desenvolvimento Social, e sobretudo para efeitos de planeamento da rede de equipamentos sociais concelhia, interessa averiguar a capacidade, a ocupação, as listas de espera e a taxa de cobertura dos equipamentos sociais existentes no concelho.

Nesta linha, procuramos espelhar estes elementos nas tabelas que se seguem, tendo-se concretizado um levantamento das respostas sociais existentes no concelho, segundo a capacidade, ocupação, lista de espera, taxa de cobertura municipal e taxa de cobertura do distrito de Aveiro.

Tabela 7 – Equipamentos sociais existentes no concelho de Espinho, segundo o grupo populacional a que se dirigem, a capacidade, a ocupação, a lista de espera e taxa de cobertura no concelho de Espinho e no distrito de Aveiro.

Grupo-Alvo	Resposta	População residente		Capacidade	Ocupação	Lista de Espera	Data	Taxa de cobertura municipal	Taxa de cobertura municipal segundo o grupo populacional	Taxa de cobertura do distrito de Aveiro segundo o grupo populacional ⁵					
		Faixa etária	N								N	%			
Crianças	Creche	0-2	667	255	233	33	2012	38,2							
	Pré-Escolar da rede privada sem fins lucrativos	3-5	683	232	213	19	2012	34,0	60,4	24,5					
											Pré-Escolar da rede pública ¹	700	624	---	2012/13
	Pré-escolar da rede privada ²			40	---	---	---	2013	5,9						
	Pré-Escolar (total)			972	--	--	--	2013	142,3						
Centro de Atividades de Tempos Livres		6-13	2.354	40	40	--	2013	1,7							
Família e Comunidade	Centro Comunitário ³	Total	31.786	3547	3506	6	2013	11,2							
	Comunidade de Inserção ³	---	---	25	34	0	2013	---	---	---					
Idosos	Centro de Convívio	65 e mais anos	6.554	30	25	0	2012	0,5	6,8	15,1					
	Centro de Dia										105	72	0	2012	1,6
	Lar de Idosos										158	154	110	2012	2,4
	Serviço de Apoio Domiciliário										155	133	0	2012	2,4
Pessoas com deficiência	Centro de Atividades Ocupacionais ⁴	16 e + anos	669	65	65	30	2013	9,7	14,1	8,5					
	Lar Residencial ⁴										24	24	41	2013	3,6
	Residência Autônoma ⁴										5	5	3	2013	0,7

Notas: ¹ Elementos cedidos pela Câmara Municipal de Espinho; ² Elementos cedidos pelo Centro Distrital de Aveiro do ISS, I.P.; ³ Elementos aferidos através da Carta Social; ⁴ Taxas de cobertura calculadas em função de projeções da população residente com 15 e mais anos com deficiência mental, motora e paralisia em 2011, tendo por base a população residente com 15 e mais anos com deficiência mental, motora e paralisia em 2001 e a população residente em 2011; ⁵ As taxas de cobertura do distrito de Aveiro foram cedidas pelo Centro Distrital de Aveiro do ISS, I.P. e têm por base a população residente em 2001 e a capacidade institucional em 2013.

Tabela 8 – Equipamentos Sociais existentes no concelho, segundo o grupo populacional a que se dirigem, a resposta, a tipologia, a entidade que promove, a capacidade, ocupação, lista de espera e data da última atualização.

Grupo Populacional	Resposta	Tipologia	Entidade	Capacidade	Ocupação	Lista de Espera	Data
Crianças	Creche	Típica	Associação de Socorros Mútuos de S. Francisco de Assis de Anta	66	57	20	2012
			Centro Social de Paramos	55	52	0	2012
			Centro Social e Paroquial de Silvalde	37	37	0	2012
			Patronato da Divina Providência Costa Verde	35	35	1	2012
			Santa Casa da Misericórdia de Espinho	62	52	12	2012
			Total Creches	255	233	33	2012
			Centro Social de Paramos	66	67	0	2012
			Centro Social e Paroquial de Silvalde	50	20	0	2012
			Patronato da Divina Providência da Costa Verde	50	50	0	2012
			Santa Casa da Misericórdia de Espinho	66	76	19	2012
			Total Pré-escolar da rede privada sem fins lucrativos	232	213	19	2012
			Jardim-de-Infância Anta n.º 1	50 ¹	50	--	2012/13
			Jardim-de-Infância Anta n.º 2	50 ¹	45	--	2012/13
			Jardim-de-Infância Anta n.º 3	25 ¹	18	--	2012/13
Pré-Escolar	Típica	Jardim-de-Infância de Esmojães	50 ¹	42	--	2012/13	
Jardim-de-Infância Espinho n.º 2		100 ¹	100	--	2012/13		
Jardim-de-Infância Espinho n.º 3		125 ¹	122	--	2012/13		
Jardim-de-Infância de Guetim		100 ¹	77	--	2012/13		
Jardim-de-Infância da Lomba		25 ¹	25	--	2012/13		
Jardim-de-Infância do Monte		25 ¹	23	--	2012/13		
Jardim-de-Infância da Marinha		75 ¹	64	--	2012/13		
Jardim-de-Infância da Quinta da Seara		75 ¹	58	--	2012/13		
Total Pré-escolar da rede pública		700¹	624¹	--	2012/13		
Total Pré-escolar		932	837	--	2012		

Tabela 8 – Equipamentos Sociais existentes no concelho, segundo o grupo populacional a que se dirigem, a resposta, a tipologia, a entidade que promove, a capacidade, ocupação, lista de espera e data da última actualização (continuação).

Grupo Populacional	Resposta	Tipologia	Entidade	Capacidade	Ocupação	Lista de Espera	Data	
Crianças e Jovens	Centro de Actividades de Tempos Livres	Típica	Centro Social de Paramos	40 ²	40 ²	--	2013	
	Centro Comunitário	Atípica	Associação de Desenvolvimento do Concelho de Espinho	2197 ²	2197 ²	0	2013	
			Cerciespinho	1000	1000	6	2013	
			Centro Social de Paramos	350 ²	309 ²	0	2013	
Família e Comunidade	Total Centro Comunitário			3547	3506	6	2013	
	Comunidade de Inserção	Atípica	Centro Social de Paramos	25 ²	34 ²	0	2013	
	Centro de Convívio	Típica	Associação de Socorros Mútuos de S. Francisco de Assis de Anta	30	25	0	2012	
	Centro de Dia	Típica	Centro Social de Paramos	40	34	0	2012	
			Centro Social e Paroquial de Silvalde	30	22	0	2012	
			Santa Casa da Misericórdia de Espinho	35	16	0	2012	
			Total Centro de Dia	105	72	0	2012	
	Idosos	Lar de Idosos	Típica	Centro Social de Paramos	24	24	65	2012
				Centro Social e Paroquial de Silvalde	24	24	34	2012
				Santa Casa da Misericórdia de Espinho	110	106	11	2012
Total Lar de Idosos				158	154	110	2012	
Serviço de Apoio Domiciliário		Típica		Centro Social de Paramos	30	30	0	2012
				Centro Social e Paroquial de Silvalde	50	40	0	2012
				Cerciespinho	35	30	0	2012
				Santa Casa da Misericórdia de Espinho	30	23	0	2012
				Santa Casa da Misericórdia de Espinho (ADI)	10	10	0	2012
				Total Serviço de Apoio Domiciliário	155	133	0	2012

Tabela 8 – Equipamentos Sociais existentes no concelho, segundo o grupo populacional a que se dirigem, a resposta, a tipologia, a entidade que promove, a capacidade, ocupação, lista de espera e data da última actualização (continuação).

Grupo Populacional	Resposta	Tipologia	Entidade	Capacidade	Ocupação	Lista de Espera	Data	
Pessoas com deficiência	Centro de Actividades Ocupacionais	Típica	Cerciespinho	30	30	30	2013	
				35	35	30	2013	
				Total Centro de Actividades Ocupacionais	65	65	30	2013
	Lar Residencial	Típica	Cerciespinho	24	23+1 (internamento temporário)	41	2013	
	Residência Autónoma	Típica	Cerciespinho	5	4+1 (emergência social)	3	2013	

Notas:

¹ Despacho n.º 5048-B/2013, do Ministério da Educação e da Ciência, de 12 de Abril que estabelece a capacidade máxima das salas do pré-escolar em 25 alunos;

² Valores aferidos na Carta Social;

-- Valores desconhecidos.

PLANO DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL

- EIXOS DE INTERVENÇÃO -

EIXO 1 - ENVELHECIMENTO

Eixo 1 – Envelhecimento						
Objectivo Geral: 1. Atenuar a pobreza e exclusão social que incidem nos idosos que residem no concelho e, conseqüentemente, contribuir para o bem-estar e melhoria da sua qualidade de vida.						
Problema(s)	Grupo-Alvo	Objectivos específicos	Metas	Indicadores	Responsável	Parceiros
			Articulação com medidas nacionais/locais ¹			
- Baixa taxa de cobertura municipal nos equipamentos direccionados para idosos.	- Idosos em geral.	1.1. Aumentar a taxa de cobertura municipal da valência de Lar.	- Diligenciar, até Setembro de 2013, o alargamento da valência de Lar do Centro Social de Paramos de 24 para 30 vagas. - Criar, até meados de 2014, um novo Lar com capacidade para 27 idosos.	- Grau de concretização do alargamento do Lar de S. José no tempo previsto (sim/não); - Número de idosos previstos versus integrados em Lar; - Evolução da taxa de cobertura municipal na valência de Lar durante a vigência do PDS.	- Centros Social de Paramos.	- Não se aplica.
			- Criar, até meados de 2014, um novo Lar com capacidade para 27 idosos.	- Grau de concretização dos Lar no tempo previsto (sim/não); - Número de idosos previstos versus integrados em Lar; - Evolução da taxa de cobertura municipal na valência de Lar durante a vigência do PDS.	- Centro Social de Paramos.	- Não se aplica.
			- Criar, até 2016, um novo Lar com capacidade para 80 idosos.	- Grau de concretização dos Lar no tempo previsto (sim/não); - Número de idosos previstos versus integrados em Lar; - Evolução da taxa de cobertura municipal na valência de Lar durante a vigência do PDS.	- Associação de Socorros Mútuos de S. Francisco de Assis de Anta.	- Não se aplica.

¹ Ver em anexo a descrição completa das medidas nacionais e locais apresentadas na tabela de forma resumida.

Eixo 1 - Envelhecimento

Objectivo Geral: 1. Atenuar a pobreza e exclusão social que incidem nos idosos que residem no concelho e, consequentemente, contribuir para o bem-estar e melhoria da sua qualidade de vida.

Problema(s)	Grupo-Alvo	Objectivos específicos	Metas	Indicadores	Responsável	Parceiros	Articulação com medidas nacionais/ locais
- Baixa taxa de cobertura municipal nos equipamentos direccionados para idosos.	- Idosos em geral.	1.1. Aumentar a taxa de cobertura municipal da valência de Lar.	- Concluir, até Dezembro de 2015, o alargamento da valência de Lar do Centro Social e Paroquial de Silvalde para mais 16 vagas.	- Grau de concretização do alargamento do Lar de S. José no tempo previsto (sim/não); - Número de idosos previstos versus integrados em Lar; - Evolução da taxa de cobertura municipal na valência de Lar durante a vigência do PDS.	- Centro Social e Paroquial de Silvalde.	- Não se aplica.	(Continuação) Plano Director Municipal 2012 1. Reforço dos níveis de coesão e territorial 1.5. Optimização da rede de equipamentos de perfil social da cidade e das restantes freguesias, reforçando a igualdade de oportunidades de acesso por parte de todos em termos de integração e inclusão sociais.
		1.2. Aumentar a taxa de cobertura municipal na valência de Centro de Dia.	- Integrar, até 2016, 50 idosos em Centro de Dia.	- Grau de concretização do Centro de Dia no tempo previsto (sim/não); - Número de idosos previstos versus integrados em Centro de Dia; - Evolução da taxa de cobertura municipal na valência de Centro de Dia durante a vigência do PDS.	- Associação Social e de Desenvolvimento da Freguesia de Anta.	- Não se aplica.	
		1.3. Aumentar a taxa de cobertura municipal em valência de Serviço de Apoio Domiciliário (SAD).	- Abranger, até 2016, 50 idosos em SAD.	- Grau de concretização do SAD no tempo previsto (sim/não); - Número de idosos previstos versus integrados em SAD; - Evolução da taxa de cobertura municipal na valência de SAD durante a vigência do PDS.	- Associação Social e de Desenvolvimento da Freguesia de Anta.	- Não se aplica.	

Eixo 1 – Envelhecimento

Objectivo Geral: 1. Atenuar a pobreza e exclusão social que incidem nos idosos que residem no concelho e, consequentemente, contribuir para o bem-estar e melhoria da sua qualidade de vida.

Problema(s)	Grupo-Alvo	Objectivos específicos	Metas	Indicadores	Responsável	Parceiros	Articulação com medidas nacionais/ locais
<ul style="list-style-type: none"> - Elevado número de idosos a residirem sozinhos ou com outras pessoas da mesma idade; - Incidência significativa da taxa de pobreza nos idosos. 	<ul style="list-style-type: none"> - Idosos em geral 	<p>1.4. Aprofundar os conhecimentos técnicos sobre o envelhecimento e dependência no concelho de Espinho.</p>	<ul style="list-style-type: none"> - Concluir, até Setembro de 2014, um diagnóstico social, através de inquéritos por questionário, sobre o envelhecimento e dependência no município. 	<ul style="list-style-type: none"> - Número de idosos previstos inquirir <i>versus</i> inquiridos; - Grau de concretização do diagnóstico social no tempo previsto (sim/não); - Número de instituições e pessoas envolvidas no processo de diagnóstico; - Número de projectos criados decorrentes do diagnóstico realizado. 	<ul style="list-style-type: none"> - Rede Social de Espinho. 	<ul style="list-style-type: none"> - Câmara Municipal de Espinho – DASIS; - Centro Social de Paramos; - Cerciespinho; - Associação Social da Freguesia de Espinho; - ADCE; - ASMSFAA; - Delegação de Espinho da Cruz Vermelha Portuguesa; - IEFP. 	<ul style="list-style-type: none"> (continuação) Programa Nacional da Política de Ordenamento do Território Objectivo Estratégico 4 Objectivo Específico 4.4. Dinamizar redes de equipamentos colectivos e programas para responder com eficácia às necessidades dos diferentes grupos sociais e das famílias, promovendo a integração dos grupos mais vulneráveis face à pobreza e a exclusão social e garantindo a segurança de todos os cidadãos.
	<ul style="list-style-type: none"> - Idosos isolados e/ou em situação de risco. 	<p>1.5. Identificar e suprir as necessidades de alimentação, medicação, sociais, entre outras, dos idosos isolados e/ou em risco residentes no concelho de Espinho.</p>	<ul style="list-style-type: none"> - Criar, até Junho de 2014, uma rede de visitadores, responsável pelo contacto directo com os idosos identificados e pela mediação com as instituições do meio. 	<ul style="list-style-type: none"> - Número de instituições envolvidas no projecto; - Número de visitadores previstos <i>versus</i> envolvidos na rede; - Número de idosos com necessidades identificadas <i>versus</i> integrados na rede de visitadores; - Níveis de avaliação atribuídos pelos idosos, instituições e voluntários envolvidos ao projecto, (satisfação, importância, pertinência, utilidade, entre outros). 	<ul style="list-style-type: none"> - Centro Social de Paramos; - Cerciespinho; - ADCE; - Associação de Socorros Mútuos de S. Francisco de Assis de Anta. 	<ul style="list-style-type: none"> - Rede Social de Espinho. 	

Eixo 1 – Envelhecimento

Objectivo Geral: 1. Atenuar a pobreza e exclusão social que incidem nos idosos que residem no concelho e, conseqüentemente, contribuir para o bem-estar e melhoria da sua qualidade de vida.

Problema(s)	Grupo-Alvo	Objectivos específicos	Metas	Indicadores	Responsável	Parceiros	Articulação com medidas nacionais/locais	
<ul style="list-style-type: none"> - Elevado número de pessoas em situação de dependência e com demências; - Inexistência de respostas concelhias vocacionadas para as demências. 	<ul style="list-style-type: none"> - Idosos isolados e/ou em situação de risco. 	<p>1.6. Criar medidas de recuperação / adaptação do parque habitacional ocupado por pessoas idosas.</p>	<ul style="list-style-type: none"> - Constituir, até Dezembro de 2016, um projecto que integre voluntários (pessoas a título individual e empresas) responsáveis por realizarem pequenas obras no parque habitacional. 	<ul style="list-style-type: none"> - Número de casas identificadas com necessidades de recuperação/adaptação versus número de casas intervencionadas; - Número de voluntários e empresas envolvidas no projecto; - Avaliação do projecto por todos os envolvidos quanto a diversos critérios (utilidade, satisfação, importância, impacto). 	<ul style="list-style-type: none"> - Núcleo Executivo da Rede Social. 	<ul style="list-style-type: none"> - Rede Social. 	<p>(continuação) Estratégia Nacional para o Desenvolvimento Sustentável. Objectivo 5 – Dinâmica de Coesão Social e Responsabilidade e Individual Vector Estratégico 4.5.3. – Um combate à exclusão social reforçando a sociedade civil e desenvolvendo parcerias com o Estado. Linha de orientação 90.</p>	
	<ul style="list-style-type: none"> - Idosos com demências. 	<p>1.7. Criar respostas concelhias vocacionadas para o acolhimento de idosos com demências.</p>	<ul style="list-style-type: none"> - Criar, até Dezembro de 2016, um Lar para pessoas com demências. 	<ul style="list-style-type: none"> - Grau de concretização do Lar no tempo previsto (sim/não); - Número de pessoas previstas versus integradas em Lar. 	<ul style="list-style-type: none"> - Santa Casa da Misericórdia. 	<ul style="list-style-type: none"> - Não se aplica. 		
	<ul style="list-style-type: none"> - Instituições / técnicos. 	<p>1.8. Disseminar, entre as instituições e técnicos, conhecimentos sobre as demências e metodologias de trabalho neste domínio.</p>	<ul style="list-style-type: none"> - Envolver, até Dezembro de 2015, 32 técnicos em acções de formação vocacionadas para a área das demências. 	<ul style="list-style-type: none"> - Número de acções de formação previstas versus desenvolvidas; - Número de técnicos previstos versus abrangidos; - Avaliação das acções quanto a diversos critérios (utilidade, pertinência, adequação, satisfação, entre outros). 	<ul style="list-style-type: none"> - Centro Hospitalar de Vila Nova de Gaia/Espinho. 	<ul style="list-style-type: none"> - ADCE; - Cerciespinho; - Centro Social de Paramos; - Santa Casa da Misericórdia de Espinho. 		

Eixo 1 – Envelhecimento						
Objectivo Geral: 1. Atenuar a pobreza e exclusão social que incidem nos idosos que residem no concelho e, conseqüentemente, contribuir para o bem-estar e melhoria da sua qualidade de vida.						
Problema(s)	Grupo-Alvo	Objectivos específicos	Metas	Indicadores	Responsável	Parceiros
<ul style="list-style-type: none"> - Elevado número de pessoas em situação de dependência e com demências; - Inexistência de respostas concelhias vocacionadas para as demências. 	<ul style="list-style-type: none"> - Cuidadores informais. 	<p>1.9. Preparar cuidadores informais para lidarem com os diferentes aspectos das demências.</p>	<ul style="list-style-type: none"> - Envolver, até Dezembro de 2015, 24 cuidadores informais em acções de formação e/ou informação sobre as demências e cuidados a ter. 	<ul style="list-style-type: none"> - Número de acções de formação e informação previstas <i>versus</i> desenvolvidas; - Número de cuidadores informais previstos <i>versus</i> envolvidos; - Taxa de absentismo; - Avaliação das acções quanto a diversos critérios (utilidade, pertinência, adequação, satisfação, entre outros). 	<ul style="list-style-type: none"> - Centro de Formação do Porto do Instituto de Emprego e Formação Profissional. 	<ul style="list-style-type: none"> - ADCE; - Cerciespinho; - Centro Social de Paramos; - Santa Casa da Misericórdia de Espinho.
				<p>Articulação com medidas nacionais/locais (continuação)</p> <p>Plano Nacional de Saúde 2012-2016</p> <p>Eixo – Equidade e Acesso aos Cuidados de Saúde</p> <p>Oportunidade 4. Aumento da literacia e do <i>empowerment</i> dos cidadãos e cuidadores informais.</p>		

Outros Recursos Concelhios na Área do Envelhecimento

Tipologia	Resposta Projecto	Instituição	Local
Centro de Convívio	Centro de Convívio	Associação de Socorros Mútuos de S. Francisco de Assis de Anta	Anta
	Centro de Convívio	Associação Social da Freguesia de Espinho	Espinho
Centro de Dia	Centro de Dia	Centro Social de Paramos	Paramos
	Centro de Dia	Centro Social e Paroquial de S. Tiago de Silvalde	Silvalde
	Centro de Dia	Santa Casa da Misericórdia de Espinho	Anta
	Lar de Idosos de S. José	Centro Social de Paramos	Paramos
Lar de Idosos	Lar de Idosos	Centro Social e Paroquial de S. Tiago de Silvalde	Silvalde
	Lar de Idosos	Santa Casa da Misericórdia de Espinho	Anta
	Acções e Actividades de Apoio ao idoso	Câmara Municipal de Espinho - DASIS	Concelho
Ocupação de Tempos Livres	Aulas de Hidroginástica	Câmara Municipal de Espinho	Concelho
	Clube de Artes Decorativas	Cerciespinho (Centro Comunitário da Ponte de Anta)	Bairro da Ponte de Anta
	Espaço de Convívio	Cerciespinho (Centro Comunitário da Ponte de Anta)	Bairro da Ponte de Anta
	Espinho em Forma	Câmara Municipal de Espinho	Concelho
	Idosos & Companhia	Centro Social de Paramos	Paramos
	Apoio Psicossocial no Domicílio	Delegação de Espinho da Cruz Vermelha Portuguesa	Concelho
	Serviço de Apoio Domiciliário	Centro Social de Paramos	Paramos
Serviço de Apoio Domiciliário	Serviço de Apoio Domiciliário	Centro Social e Paroquial de S. Tiago de Silvalde	Silvalde
	Serviço de Apoio Domiciliário	Cerciespinho	Anta, Gueitim e Espinho
	Serviço de Apoio Domiciliário	Santa Casa da Misericórdia de Espinho	Anta
Segurança	Serviço de Apoio Domiciliário Integrado	Santa Casa da Misericórdia de Espinho	Anta
	Programa Apoio 65 – Idoso em Segurança	Polícia de Segurança Pública	Concelho
	Projecto KeepCare®	Câmara Municipal de Espinho	Concelho
Unidade Residencial	Unidade Residencial Sénior	Santa Casa da Misericórdia de Espinho	Concelho
Universidade Sénior	Universidade Sénior de Espinho	Universidade Sénior de Espinho	Concelho e outros

Especificação das medidas nacionais / locais | Eixo 1 – Envelhecimento

Estratégia Nacional para o Desenvolvimento Sustentável

Objectivo 5 – Dinâmica de Coesão Social e Responsabilidade Individual;

Vector Estratégico 4.5.3. Um combate à exclusão social reforçando a sociedade civil e desenvolvendo parcerias com o Estado.

Linha de Orientação 90 - Focalizar a acção social do Estado, em parceria com a sociedade civil, em grupos sociais com mais forte risco de pobreza e de exclusão social – idosos, deficientes, jovens em risco, toxicodependentes

Programa Nacional da Política de Ordenamento do Território

Objectivo Estratégico 4 – Assegurar a equidade territorial no provimento de infra-estruturas e de equipamentos colectivos e a universalidade no acesso aos serviços de interesse geral, promovendo a coesão social.

Objectivo Específico 4.4. – Dinamizar redes de equipamentos colectivos e programas para responder com eficácia às necessidades dos diferentes grupos sociais e das famílias, promovendo a integração dos grupos mais vulneráveis face à pobreza e à exclusão social e garantindo a segurança a todos os cidadãos.

EIXO 2 – EMPREGO E FORMAÇÃO

Eixo 2 – Formação e Emprego						
Objectivo Geral: 2. Contribuir para a diminuição da taxa de desemprego no concelho de Espinho.						
Problema	Grupo-alvo	Objectivos específicos	Metas	Indicadores	Responsável	Parceiros
<ul style="list-style-type: none"> - Elevado número de pessoas em situação de desemprego; - Desfasamento entre as ofertas formativas e as ofertas do mercado de emprego. 	<ul style="list-style-type: none"> - Entidades formadoras; - Instituições que actuem no âmbito da promoção da empregabilidade. 	<p>2.1. Aumentar o conhecimento técnico sobre as áreas de formação com potencial de empregabilidade a explorar no concelho, bem como sobre o perfil das pessoas em situação de desemprego.</p>	<ul style="list-style-type: none"> - Elaborar, até ao fim do 1º semestre de 2014, um diagnóstico sobre (des)emprego e formação. 	<ul style="list-style-type: none"> - Grau de concretização do diagnóstico no tempo previsto; - Número de acções de formação promovidas com base nas conclusões do diagnóstico; - Número de pessoas integradas no mercado de trabalho após as acções de formação promovidas. 	<ul style="list-style-type: none"> - Núcleo Executivo da Rede Social. 	<ul style="list-style-type: none"> - Instituto do Emprego e Formação Profissional; - Associação Viver Espinho.
<ul style="list-style-type: none"> - Elevado número de pessoas em situação de desemprego. 	<ul style="list-style-type: none"> - Pessoas em situação de desemprego. 	<p>2.2. Garantir a existência no município de uma estrutura de apoio à empregabilidade e empreendedorismo após o término do CLDS.</p>	<ul style="list-style-type: none"> - Criar, até Dezembro de 2014, um Gabinete de Inserção Profissional (GIP). 	<ul style="list-style-type: none"> - Grau de concretização do Gabinete de Inserção Profissional no tempo previsto; - Número de pessoas previstas versus acompanhadas pelo GIP; - Avaliação do GIP quanto a diversos critérios (utilidade, pertinência, adequação, satisfação, impacto entre outros). 	<ul style="list-style-type: none"> - Associação de Desenvolvimento do Concelho de Espinho 	<ul style="list-style-type: none"> - Instituto do Emprego e Formação Profissional; - Núcleo Local de Inserção do Rendimento Social de Inserção.
					<p>Articulação com medidas nacionais/locais²</p>	<p>Estratégia Nacional para o Desenvolvimento Sustentável: Objectivo 5 – Dinâmica de Coesão Social e Responsabilidade Individual (Vector Estratégico 4.5.2., Linha de Orientação 85).</p>
						<p>Estratégia para o Crescimento, Emprego e Fomento Industrial 2013-2020 Eixo 7 – Inovação e Empreendedorismo Medida 7.6.2 – Oferta de formação em competências básicas de empreendedorismo.</p>

² Ver em anexo a descrição completa das medidas nacionais e locais apresentadas na tabela de forma resumida.

Eixo 2 – Formação e Emprego						
Objectivo Geral: Contribuir para a diminuição da taxa de desemprego no concelho de Espinho.						
Problema	Grupo-alvo	Objectivos específicos	Metas	Indicadores	Responsável	Parceiros
- Elevado número de pessoas em situação de desemprego.	- Pessoas em situação de desemprego.	<p>2.3. Disseminar, entre empresas e instituições particulares sem fins lucrativos conhecimento sobre os programas de apoio à empregabilidade.</p>	<p>- Enviar, trimestralmente, emails com informações sobre os programas existentes.</p> <p>- Dinamizar, ao longo da vigência do PDS, 1 sessão pública por semestre, sobre os programas existentes.</p>	<p>- Número de emails previstos <i>versus</i> enviados; - Número de sessões previstas <i>versus</i> desenvolvidas; - Número de entidades que aderem aos programas de apoio à empregabilidade. - Número de pessoas integradas no mercado de trabalho ao abrigo dos programas de apoio à empregabilidade.</p>	<p>- Núcleo Executivo da Rede Social de Espinho.</p>	<p>- Instituto do Emprego e Formação Profissional; - Associação Viver Espinho; - Câmara Municipal de Espinho; - Juntas de freguesia.</p>
			<p>- Criar, até ao fim do 1º semestre de 2014, um Grupo de Trabalho para a dinamização das Actividades Económicas e da Empregabilidade.</p>			
<p>2.4. Propor actividades e projectos exequíveis que fomentem a dinamização das actividades económicas e a empregabilidade local.</p>	<p>- Plano Director Municipal 2012 - (Objectivo 3; Objectivos Específicos 3.1., 3.2, 3.3, 3.4.).</p>					

Eixo 2 – Formação e Emprego						
Objectivo Geral: Contribuir para a diminuição da taxa de desemprego no concelho de Espinho.						
Problema	Grupo-alvo	Objectivos específicos	Metas	Indicadores	Responsável	Parceiros
<p>- Desqualificação escolar e profissional da população activa desempregada.</p>	<p>- Pessoas em situação de desemprego.</p>	<p>2.5. Incentivar à dinamização de acções de formação para a reconversão em áreas-chave com potencial de empregabilidade (caçado, turismo, entre outras).</p>	<p>- Integrar, até Dezembro de 2016, 36 pessoas em acções de formação para a reconversão.</p>	<p>- Número de contactos estabelecidos com empresas formadoras que actuam em áreas-chave; - Número de acções de formação para a reconversão realizadas e formandos previstos <i>versus</i> envolvidos; - Número de pessoas integradas no mercado de trabalho; - Níveis de avaliação das acções de formação (satisfação, adequação, utilidade, impacto, entre outros).</p>	<p>- Instituto do Emprego e Formação Profissional – Centro de Emprego de Gaia.</p>	<p>- Rede Social de Espinho.</p>
		<p>2.6. Fomentar o aumento da escolaridade da população desempregada com baixas habilitações literárias.</p>	<p>- Dinamizar, até Dezembro de 2016, pelo menos, 3 acções de formação que permitam a certificação escolar com equivalência ao 1º ciclo do ensino básico.</p>	<p>- Número de acções previstas <i>versus</i> realizadas; - Número de pessoas previstas <i>versus</i> abrangidas; - Taxa de absentismo das acções; - Número de pessoas que terminaram com sucesso as acções de formação.</p>	<p>- ADCE; - Centro Social de Paramos; - Cerciespinho.</p>	<p>- Instituto do Emprego e Formação Profissional; - Núcleo de Inserção Social do Rendimento Social de Inserção.</p>

Eixo 2 – Formação e Emprego						
Objectivo Geral: Contribuir para a diminuição da taxa de desemprego no concelho de Espinho.						
Problema	Grupo-alvo	Objectivos específicos	Metas	Indicadores	Responsável	Parceiros
- Desqualificação escolar da população activa empregada.	- Pessoas empregadas com baixas habilitações literárias.	2.7. Fomentar o aumento da escolaridade da população activa residente no concelho.	- Criar, até ao final de 2016, um Centro para as Qualificações e para o Ensino Profissional no município.	- Grau de concretização, no tempo previsto, da criação do CQEP; - Número de pessoas integradas no CQEP no decorrer da vigência do PDS versus número de pessoas que aumentam a sua escolaridade.	- Escola Secundária Dr. Manuel Laranjeira e/ou Externato Oliveira Martins.	- Rede Social.
			Articulação com medidas nacionais/locais			
			Estratégia Nacional para o Desenvolvimento Sustentável: Objectivo 5 – Dinâmica de Coesão Social e Responsabilidade Individual. (Vector Estratégico 4.5.2. Linha de Orientação 85).			

Outros Recursos Concelhios na Área do Emprego e Formação

Tipologia	Resposta Projecto	Instituição	Local
Emprego	Balcão da Empregabilidade – CLDS 'Espinho Vivo'	Associação de Desenvolvimento do Concelho de Espinho	Concelho
	Feira das Profissões	Centro Social de Paramos	Concelho
	Intervenção Grupal com Adultos 'Empregarte'	Centro Social de Paramos	Paramos
Formação Profissional	Centro de Emprego de Gaia – Centro de Atendimento Permanente de Espinho	Instituto do Emprego e Formação Profissional I.P.	Concelho
	Departamento de Apoio ao Desenvolvimento	Associação de Desenvolvimento do Concelho de Espinho	Concelho
	Departamento de Formação Profissional	Cerciespinho	Concelho
	Escola Profissional de Espinho	Escola Profissional de Espinho	Concelho
	Externato Oliveira Martins	Externato Oliveira Martins	Concelho

Especificação das medidas nacionais / locais | Eixo 2 – Emprego e formação

Estratégia Nacional para o Desenvolvimento Sustentável

Objectivo 5 – Dinâmica de Coesão Social e Responsabilidade Individual;

Vector Estratégico 4.5.2. - Uma Gestão dos Riscos de Desemprego que Favoreça a Mobilidade e a Formação.

Linha de Orientação 85 - Favorecer a oferta de formação contínua de qualidade e assegurar a respectiva certificação

Vector Estratégico 4.5.3. - Um combate à exclusão social reforçando a sociedade civil e desenvolvendo parcerias com o Estado.

Linha de Orientação 89 - Desenvolver o voluntariado e reforçar as instituições de solidariedade social, ao serviço de iniciativas de integração social.

Plano Director Municipal 2012

Objectivo 3 – Qualificação e disponibilização de espaços dedicados às actividades económicas.

Objectivo Específico 3.1. Adopção de uma política de acolhimento industrial activa, quer no sentido de ordenar o espaço industrial, quer para induzir a diversificação;

Objectivo Específico 3.2. Revitalização do comércio tradicional local como oportunidade para a reabilitação e revitalização urbanas e desenvolvimento de uma fileira de suporte à qualidade de vida local à animação urbana e ao turismo;

Objectivo Específico 3.3. Relocalização das áreas industriais e da fileira logística, requalificando a actual área empresarial da cidade como pólo de criatividade e inovação;

Objectivo Específico 3.4. Dinamização do turismo, apostando complementarmente nos produtos 'Turismo ambiental, cultural e patrimonial'.

Estratégia para o Crescimento, Emprego e Fomento Industrial 2013-2020

Eixo 1 – Qualificação: Educação e Emprego

Medida 1.1.3. Reforço progressivo dos protocolos de parceria, territoriais e sectoriais, entre escolas, centros de formação, centros tecnológicos, institutos politécnicos, universidades, empresas e outras entidades empregadoras



EIXO 3 - EDUCAÇÃO

Eixo 3 – Educação Não Formal, Informal e Especial						
Objectivo Geral: 3. Contribuir para a coesão familiar e para o desenvolvimento integrado e sustentado das crianças e jovens.						
Problema	Grupo-alvo	Objectivos específicos	Metas	Indicadores	Responsável	Parceiros
<ul style="list-style-type: none"> - Baixa participação dos encarregados de educação nas actividades escolares; - Baixos índices de escolaridade dos encarregados de educação e falta de competências parentais. 	<ul style="list-style-type: none"> - Pais e encarregados de educação 	<p>3.1. Disseminar conhecimentos e competências práticas facilitadoras do exercício da parentalidade positiva e do envolvimento activo dos educadores no percurso escolar dos seus filhos/educandos.</p>	<ul style="list-style-type: none"> - Dinamizar, entre 2014 e 2016, 1 conferência por trimestre, direccionada para pais e educadores, sobre diversos temas de interesse. 	<ul style="list-style-type: none"> - Número de conferências previstas versus dinamizadas; - Número de pessoas abrangidas por conferência e no total das acções; - Número de parceiros previstos versus envolvidos; - Grau de satisfação dos participantes com as conferências (utilidade, pertinência, adequação, organização); - Grau de satisfação das entidades organizadoras com as conferências (utilidade, pertinência, adequação, organização). 	<ul style="list-style-type: none"> - Associação de Desenvolvimento do Concelho de Espinho; - Centro Social de Paramos; - Cerciespinho. 	<ul style="list-style-type: none"> - Juntas de Freguesia; - Câmara Municipal; - Escolas; - Agrupamento dos Centros de Saúde do Grande Porto IX – Espinho/Gaia; - Centro de Respostas Integradas do Porto Central; - Rede Social.
					<p>Articulação com medidas nacionais/locais</p> <p>Estratégia Nacional para o Desenvolvimento Sustentável 2005-2015</p> <p>Objectivo 5 – Dinâmica de Coesão Social e de Responsabilidade Individual;</p> <p>Vector Estratégico 4.5.3. Um Combate à exclusão social reforçando a sociedade civil e desenvolvendo parcerias com o estado;</p> <p>Medida 88 – Contribuir para o reforço da instituição familiar como elemento chave da coesão e integração social.</p>	

Eixo 3 - Educação Não Formal, Informal e Especial						
Objectivo Geral: Contribuir para a coesão familiar e para o desenvolvimento integrado e sustentado das crianças e jovens.						
Problema	Grupo-alvo	Objectivos específicos	Metas	Indicadores	Responsável	Parceiros
<p>- Falta de informação, por parte dos alunos, sobre estilos de vida saudáveis, saúde e cidadania.</p>	<p>- Crianças e jovens em contexto escolar.</p>	<p>3.2. Promover uma intervenção no âmbito da prevenção em contexto escolar adequada às necessidades específicas das crianças e jovens que frequentam os estabelecimentos escolares e jovens concelhios.</p>	<p>- Realizar, até ao primeiro trimestre de 2014, um diagnóstico das necessidades de intervenção no âmbito da prevenção em contexto escolar.</p>	<p>- Grau de concretização do diagnóstico no tempo previsto; - Número de entidades envolvidas no diagnóstico; - Grau de satisfação dos envolvidos quanto ao diagnóstico (adequação, pertinência, utilidade).</p>	<p>- Núcleo Executivo da Rede Social de Espinho.</p>	<p>- Centro de Respostas Integradas do Porto Central. - Agrupamento das Escolas Dr. Manuel Laranjeira; - Agrupamento das Escolas Dr. Manuel Gomes de Almeida.</p>
			<p>- Formar docentes dos estabelecimentos escolares do concelho para a implementação, de programas preventivos, no ano lectivo 2014/2015.</p>	<p>- Número de estabelecimentos escolares onde decorre o projecto de intervenção; - Número de crianças e jovens abrangidas pelo projecto de intervenção; - Grau de satisfação dos intervenientes com o projecto de intervenção.</p>	<p>- Centro de Respostas Integradas do Porto Central.</p>	<p>- Agrupamento das Escolas Dr. Manuel Laranjeira; - Agrupamento das Escolas Dr. Manuel Gomes de Almeida; - Outras entidades da Rede Social.</p>
						<p>Articulação com medidas nacionais/locais</p> <p>Plano Nacional para a Redução dos Comportamentos Aditivos e das Dependências 2013-2020. Objectivo Geral: Prevenir, dissuadir, reduzir e minimizar os problemas relacionados com o consumo de substâncias psicoactivas, os comportamentos aditivos e as dependências.</p>

Eixo 3 - Educação Não Formal, Informal e Especial						
Objectivo Geral: Contribuir para a coesão familiar e para o desenvolvimento integrado e sustentado das crianças e jovens.						
Problema	Grupo-alvo	Objectivos específicos	Metas	Indicadores	Responsável	Parceiros
<p>- Alguém desconhecimento das entidades de 1ª linha das competências e do papel das CPCJ's;</p> <p>- Dificuldades de articulação entre as escolas e as entidades que actuam no domínio da educação não formal e educação informal.</p>	<p>Professores e técnicos das instituições locais.</p>	<p>3.3. Facilitar a criação de plataformas de comunicação e sinergias entre as escolas e as entidades que actuam no âmbito da Educação Não Formal e Informal.</p>	<p>- Realizar, até Abril de 2014, em todas as escolas do ensino básico e secundário, uma reunião com os directores de turma e as instituições locais, para apresentação dos projectos concelhios que actuam na área da educação (não formal e informal), bem como da acção social e respectivos interlocutores.</p>	<p>- Número de reuniões previstas versus realizadas;</p> <p>- Número de professores abrangidos (total e por escola);</p> <p>- Grau de satisfação dos professores e técnicos com as reuniões promovidas.</p>	<p>- Núcleo Executivo da Rede Social</p>	<p>- Associação de Desenvolvimento do Concelho de Espinho;</p> <p>- Cerciespinho;</p> <p>- Centro Social de Paramos;</p> <p>- Comissão de Protecção de Crianças e Jovens em Risco.</p>
			<p>- Distribuir, até ao fim de 2014, às escolas uma cópia do Guia de Recursos do Concelho de Espinho.</p>	<p>- Número de guias previstos distribuir versus distribuídos.</p>		

Eixo 3 – Educação Não Formal, Informal e Especial						
Objectivo Geral: Contribuir para a coesão familiar e para o desenvolvimento integrado e sustentado das crianças e jovens.						
Problema	Grupo-alvo	Objectivos específicos	Metas	Indicadores	Responsável	Parceiros
<p>- Dificuldades de acesso aos equipamentos desportivos, culturais e municipais por parte das instituições concelhias que abrangem grupos sociais mais vulneráveis ao risco social.</p>	<p>- Crianças e jovens acompanhadas pelas instituições concelhias, nomeadamente pelos Centros Comunitários.</p>	<p>3.4. Facilitar o acesso das crianças e jovens acompanhadas pelas instituições concelhias aos equipamentos desportivos, culturais e recreativos municipais.</p>	<p>- Elaborar, até ao fim do 1º trimestre de 2014, uma proposta aos serviços camarários para permitir às instituições concelhias que acompanham crianças e jovens, o acesso gratuito e/ou mediante um valor simbólico aos equipamentos desportivos, culturais e recreativos municipais.</p>	<p>- Número de crianças e jovens acompanhadas por instituições concelhias que passam a frequentar os equipamentos desportivos, culturais e recreativos municipais de forma gratuita;</p> <p>- Grau de satisfação das instituições envolvidas com a iniciativa.</p>	<p>- Núcleo Executivo da Rede Social de Espinho.</p>	<p>- Associação de Desenvolvimento do Concelho de Espinho;</p> <p>- Centro Social de Paramos;</p> <p>- Cerciespinho;</p> <p>- Outras entidades da Rede Social que se enquadrem nos parâmetros aplicáveis.</p>
						<p>- Estratégia do Plano Director Municipal 2012</p> <p>Visão 1. Reforço dos níveis de coesão e territorial.</p> <p>Objectivo 1.5.</p> <p>Optimização da rede de equipamentos de perfil social da cidade e das restantes freguesias, reforçando a igualdade de oportunidades de acesso por parte de todos em termos de integração e inclusão sociais.</p>

Eixo 3 – Educação Não Formal, Informal e Especial						
Objectivo Geral: Contribuir para a coesão familiar e para o desenvolvimento integrado e sustentado das crianças e jovens.						
Problema	Grupo-alvo	Objectivos específicos	Metas	Indicadores	Responsável	Parceiros
<ul style="list-style-type: none"> - Cortes financeiros no domínio da educação especial; - Insuficiência de recursos humanos para acompanhar, de forma adequada, os alunos com necessidades educativas especiais. 	<ul style="list-style-type: none"> - Crianças e jovens com necessidades de educação especial. 	<p>3.5. Adequar os recursos afectos ao domínio da educação especial às necessidades detectadas no terreno.</p>	<ul style="list-style-type: none"> - Realizar, até ao fim do ano lectivo 2013/2014, um levantamento das necessidades dos agrupamentos escolares ao nível dos recursos físicos (incluindo transporte) e humanos afectos à educação especial. 	<ul style="list-style-type: none"> - Grau de concretização do levantamento no tempo previsto (sim/não); - Número e identificação de entidades envolvidas no levantamento; - Número e tipo de recursos implementados no concelho devido ao levantamento. 	<ul style="list-style-type: none"> - Núcleo Executivo da Rede Social de Espinho. 	<ul style="list-style-type: none"> - Cerciespinho; - Agrupamento das Escolas Dr. Manuel Laranjeira; - Agrupamento das Escolas Dr. Manuel Gomes de Almeida.
						<p>Articulação com medidas nacionais/locais</p> <p>Estratégia Nacional para a Deficiência 2011 -2013 (ENDEF) Medida 47 - Proporcionar a cada aluno com medidas educativas especiais condições para alcançar os objectivos definidos no respectivo plano de estudo individual (PEI).</p>

Outros Recursos Concelhios na Área da Educação Não Formal, Informal e Especial

Tipologia	Resposta Projecto	Instituição	Local
Educação	Creche	Centro Social de Paramos	Concelho de Espinho, Vila Nova de Gaia e Ovar
		Associação de Socorros Mútuos de S. Francisco de Assis de Anta	Concelho de Espinho, Vila Nova de Gaia e Santa Maria da Feira
		Centro Social e Paroquial de S. Tiago de Silvalde	Concelho de Espinho
		Santa Casa da Misericórdia	Freguesias de Anta, Espinho, Paramos e Silvalde
		Costa Verde	Concelhos de Espinho e Vila Nova de Gaia
		Mãe Galinha	Concelho de Espinho
		Atchim	Concelho de Espinho
		Catle - Centro de Actividades de Tempos Livres de Espinho	Concelho de Espinho
		Jardim de Infância Astrolábio	Concelho de Espinho
		Centro Social de Paramos	Concelho de Espinho, Vila Nova de Gaia e Ovar
Educação Formal	Pré-Escolar	Centro Social Paroquial de S. Tiago de Silvalde	Concelho de Espinho
		Infantário Jardim de Infância Costa Verde	Concelhos de Espinho e Vila Nova de Gaia
		Santa Casa da Misericórdia de Espinho	Freguesias de Anta, Espinho, Paramos, Silvalde e S. Félix da Marinha
		Jardim-de-Infância de Anta n.º 1 (Agrupamento de Escolas Dr. Manuel Laranjeira)	Freguesia de Anta
		Jardim-de-Infância de Anta n.º 2 (Agrupamento de Escolas Dr. Manuel Laranjeira)	Freguesia de Anta

Tipologia	Resposta Projecto	Instituição	Local
Educação Formal	Pré-Escolar	Jardim-de-Infância de Anta n.º 3 (Agrupamento de Escolas Dr. Manuel Laranjeira)	Freguesia de Anta
		Jardim-de-Infância de Esmojães (Agrupamento de Escolas Dr. Manuel Laranjeira)	Freguesia de Anta
		Jardim-de-Infância de Guetim (Agrupamento de Escolas Dr. Manuel Laranjeira)	Freguesia de Guetim
		Jardim-de-Infância da Lomba (Agrupamento das Escolas Dr. Manuel Gomes de Almeida)	Freguesia de Paramos
		Jardim-de-Infância do Monte (Agrupamento das Escolas Dr. Manuel Gomes de Almeida)	Freguesia de Paramos
		Jardim-de-Infância da Marinha (Agrupamento das Escolas Dr. Manuel Gomes de Almeida)	Freguesia de Sivalde
		Jardim-de-Infância da Quinta da Seara (Agrupamento das Escolas Dr. Manuel Gomes de Almeida)	Freguesia de Sivalde
		Escola E.B. 1 Anta n.º 1 (Agrupamento de Escolas Dr. Manuel Laranjeira)	Freguesia de Anta
	Ensino Básico – 1º Ciclo	Escola E.B. 1 Anta n.º 2 (Agrupamento de Escolas Dr. Manuel Laranjeira)	Freguesia de Anta
		Escola E.B. 1 Anta n.º 3 (Agrupamento de Escolas Dr. Manuel Laranjeira)	Freguesia de Anta
		Escola E.B. 1 Esmojães n.º 1 (Agrupamento de Escolas Dr. Manuel Laranjeira)	Freguesia de Anta
		Escola E.B. 1 Aldeia Nova - Guetim (Agrupamento de Escolas Dr. Manuel Laranjeira)	Freguesia de Guetim
		Escola n.º 2 de Espinho (Agrupamento de Escolas Dr. Manuel Laranjeira)	Freguesia de Espinho
		Escola n.º 3 de Espinho (Agrupamento de Escolas Dr. Manuel Laranjeira)	Freguesia de Espinho
		Escola E.B. 1 da Bouça (Agrupamento de Escolas Dr. Manuel Gomes de Almeida)	Freguesia de Paramos
		Escola E. B. 1 da Lomba (Agrupamento das Escolas Dr. Manuel Gomes de Almeida)	Freguesia de Paramos
Escola E. B. 1 do Monte (Agrupamento das Escolas Dr. Manuel Gomes de Almeida)	Freguesia de Paramos		

Tipologia	Resposta Projecto	Instituição	Local	
Educação Formal	Ensino Básico – 1º Ciclo	Escola E. B. 1 da Marinha (Agrupamento das Escolas Dr. Manuel Gomes de Almeida)	Freguesia de Silvalde	
		Escola E. B. 1 da Quinta da Seara (Agrupamento das Escolas Dr. Manuel Gomes de Almeida)	Freguesia de Silvalde	
		Escola E. B. 1 do Calvário (Agrupamento das Escolas Dr. Manuel Gomes de Almeida)	Freguesia de Silvalde	
		E.B 2/3 Sá Couto (Agrupamento de Escolas Dr. Manuel Laranjeira)	Concelho de Espinho e limítrofes	
		E.B 2/3 Domingos Capela (Agrupamento das Escolas Dr. Manuel Gomes de Almeida)	Concelho de Espinho e limítrofes	
		Escola Secundária Dr. Manuel Laranjeira (Agrupamento de Escolas Dr. Manuel Laranjeira)	Concelho de Espinho	
	Ensino Básico – 2º e 3º Ciclos	Escola Secundária Dr. Manuel Gomes de Almeida (Agrupamento das Escolas Dr. Manuel Gomes de Almeida)	Concelho de Espinho	
		Escola Profissional de Música de Espinho	Nacional	
		Escola Profissional de Espinho	Concelho de Espinho	
		Externato Oliveira Martins	Concelhos de Espinho, Vila Nova de Gaia, Castelo de Paiva, Estarreja, Santa Maria da Feira, Ovar e S. João da Madeira.	Concelho de Espinho
			Escola Secundária Dr. Manuel Laranjeira (Agrupamento de Escolas Dr. Manuel Laranjeira)	Concelho de Espinho
			Escola Secundária Dr. Manuel Gomes de Almeida (Agrupamento das Escolas Dr. Manuel Gomes de Almeida)	Concelho de Espinho
Ensino Secundário	Escola Profissional de Música de Espinho	Nacional		
	Escola Profissional de Espinho	Concelho de Espinho		

Tipologia	Resposta Projecto	Instituição	Local	
Educação Formal	Ensino Secundário	Externato Oliveira Martins	Concelhos de Espinho, Vila Nova de Gaia, Castelo de Paiva, Estarreja, Santa Maria da Feira, Ovar e S. João da Madeira.	
	Ensino Superior	ISESP – Instituto Superior de Espinho	Nacional	
Educação Não Formal	Cantinhos do Estudo do Centro Comunitário 'Espinho Mar - Espinho Terra'	Associação de Desenvolvimento do Concelho de Espinho	Freguesias de Silvalde e Anta	
	Sala de Apoio ao Estudo do Centro Comunitário Ponte Anta	Cerciespinho	Freguesias de Anta e São Félix da Marinha.	
	Universidade Júnior	Câmara Municipal de Espinho	Concelho de Espinho.	
	Actividades Complementares do Centro Comunitário 'Espinho Mar - Espinho Terra'	Associação de Desenvolvimento do Concelho de Espinho	Freguesias de Silvalde e Anta.	
	Aeróbica do Centro Comunitário da Ponte de Anta	Cerciespinho	Bairro da Ponte de Anta.	
Educação Informal	Atelier de Modelismo do Centro Comunitário da Ponte de Anta	Cerciespinho	Bairro da Ponte de Anta.	
	Centro J do Centro Comunitário 'Espaço Vivo'	Centro Social de Paramos	Freguesia de Paramos.	
	Centro Lúdico-Pedagógico	Associação de Socorros Mútuos de S. Francisco de Assis de Anta	Concelhos de Espinho, Vila Nova de Gaia e Santa Maria da Feira	
	Clubes de Jovens do Centro Comunitário 'Espinho Mar - Espinho Terra'	Associação de Desenvolvimento do Concelho de Espinho	Freguesias de Silvalde e Anta.	
	Colónias de Férias do Centro Comunitário da Ponte de Anta	Cerciespinho	Bairro da Ponte de Anta.	
	Colónia de Férias	Segurança Social	Distrito de Aveiro.	
	Ludotecas do Centro Comunitário 'Espinho Mar - Espinho Terra'	Associação de Desenvolvimento do Concelho de Espinho	Freguesias de Silvalde e Anta.	

Tipologia	Resposta Projecto	Instituição	Local
Educação Informal	Mediateca & Esp@ço internet do Centro Comunitário da Ponte de Anta	Cerciespinho	Bairro Ponte de Anta.
	Projecto 'Regime de Fruta Escolar'	Câmara Municipal de Espinho	Concelho de Espinho.
	Projecto 'Na Escola Tenho Tudo'	Câmara Municipal de Espinho	Concelho de Espinho.
Actividades de Tempos Livres da Rede Privada	Actividades de Tempos Livres	Astrolábio Actividades Educativas Lda	Concelho de Espinho.
Educação Especial	Centro de Recursos para a Inclusão	Cerciespinho	Freguesia de Anta



EIXO 4 - SAÚDE

Eixo 4 - Saúde						
Objectivo Geral: 4. Contribuir para a melhoria, manutenção ou recuperação da saúde no concelho de Espinho.						
Problema	Grupo-alvo	Objectivos específicos	Metas	Indicadores	Responsável	Parceiros
<p>- Lista de espera no CHVNG/E de oftalmologia, oftalmologia pediátrica, estomatologia e psiquiatria.</p>	<p>- Pessoas em situação de maior vulnerabilidade e ao risco social com doenças do foro da oftalmologia e estomatologia.</p>	<p>4.1. Criar uma Rede Solidária de Cuidados de Saúde no concelho, nomeadamente nos domínios da oftalmologia e estomatologia, que garanta cuidados de saúde gratuitos e/ou a baixo custo a pessoas que não possam aceder a outros tratamentos.</p>	<p>- Contactar, até Dezembro de 2014, todos os médicos especialistas de oftalmologia e estomatologia existentes no concelho para aderirem à Rede Solidária de Cuidados de Saúde.</p>	<p>- Número de clínicas e médicos contactados versus número de clínicas e médicos que aderem ao projecto; - Número de pessoas que recebem tratamento; - Grau de satisfação das clínicas e médicos com o projecto; - Grau de satisfação dos beneficiários com o projecto.</p>	<p>- Núcleo Executivo da Rede Social de Espinho</p>	<p>- Centro Hospitalar Vila Nova de Gaia/Espinho; - Agrupamento dos Centros de Saúde do Grande Porto IX – Espinho/Gaia; - Rede Social de Espinho.</p>
<p>- Elevado número de solicitações relativas a ajudas técnicas (equipamentos ortopédicos); - Desarticulação institucional face à atribuição de ajudas técnicas (equipamento ortopédico).</p>	<p>- Pessoas com necessidades de equipamentos ortopédicos.</p>	<p>4.2. Facilitar a atribuição em tempo útil dos equipamentos ortopédicos existentes no concelho.</p>	<p>- Realizar, até Dezembro de 2014, uma base de dados dos equipamentos ortopédicos de apoio existentes no concelho e uniformizar a metodologia de atribuição das ajudas técnicas.</p>	<p>- Grau de concretização da base de dados no tempo previsto (sim/não); - Número de pessoas que usufruem de ajudas técnicas por tipo; - Grau de satisfação das entidades que têm e disponibilizam ajudas técnicas com a base de dados e metodologia proposta.</p>	<p>- Núcleo Executivo da Rede Social de Espinho.</p>	<p>- Cerciespinho; - Delegação de Espinho da Cruz Vermelha Portuguesa; - Conferências Vicentinas.</p>
						<p>Articulação com medidas nacionais/locais³</p> <p>Plano Nacional de Saúde 2012-2016 Eixo 3.1. Cidadania em Saúde: Orientação 20. Eixo 3.2. Equidade e Acesso aos Cuidados de Saúde: Orientações 15 e 16. Eixo 3.4. Políticas Saudáveis: Orientação: 19.</p>

³ Ver em anexo a descrição completa das medidas nacionais e locais apresentadas na tabela de forma resumida.

Eixo 4 – Saúde						
Objectivo Geral: 4. Contribuir para a melhoria, manutenção ou recuperação da saúde no concelho de Espinho.						
Problema	Grupo-alvo	Objectivos específicos	Metas	Indicadores	Responsável	Parceiros
- Elevado número de pessoas com doenças mentais/ inexistência de respostas no âmbito da saúde mental.	- Jovens e adultos com moderado e reduzido grau de incapacidade psicossocial.	4.3. Criar respostas municipais direccionadas para pessoas com doença mental.	- Criar, até Dezembro de 2016, um Fórum Sócio-Ocupacional no concelho	- Grau de concretização do fórum sócio-ocupacional no tempo previsto; - Número de pessoas abrangidas pelo fórum sócio-ocupacional; - Lista de espera para o fórum sócio-ocupacional.	- Cerci Espinho e/ou Centro Social e Paroquial de Silvalde.	- Segurança Social, I.P.
				Articulação com medidas nacionais/locais ⁴ Plano Nacional de Saúde Mental 2007-2016 Objectivo: Promover a descentralização dos serviços de saúde mental, de modo a permitir a prestação de cuidados mais próximos das pessoas e facilitar uma maior participação das comunidades, dos utentes e das suas famílias.		

⁴ Ver em anexo a descrição completa das medidas nacionais e locais apresentadas na tabela de forma resumida.

Eixo 4 – Saúde							
Objectivo Geral: 4. Contribuir para a melhoria, manutenção ou recuperação da saúde no concelho de Espinho.							
Problema	Grupo-alvo	Objectivos específicos	Metas	Indicadores	Responsável	Parceiros	
<p>- Elevado absentismo por parte dos toxicodependentes às consultas médicas e baixa adesão ao tratamento;</p> <p>- Dificuldade em gerir o impacto das ideias preconcebidas acerca da política de Redução de Riscos e Minimização de Danos.</p> <p>- Os técnicos que acompanham, a nível social, os utentes que frequentam a Equipa de Tratamento de Santa Maria da Feira nem sempre recebem informação sobre a intervenção efectuada por este serviço.</p>	<p>- Instituições e técnicos que intervêm no âmbito dos comportamentos aditivos e dependências</p>	<p>4.4. Favorecer a comunicação interinstitucional e o trabalho em rede no âmbito dos comportamentos aditivos e dependências.</p>	<p>- Criar, em 2014, um grupo de trabalho vocacionado para a discussão dos problemas identificados no diagnóstico social na área dos comportamentos aditivos e dependências e para a concepção de propostas que visem a sua resolução.</p>	<p>- Grau de concretização da criação do grupo de trabalho (sim/não);</p> <p>- Número de instituições e técnicos que integram o grupo de trabalho;</p> <p>- Propostas, projectos e actividades que saem do grupo de trabalho;</p> <p>- Grau de satisfação dos intervenientes com o grupo de trabalho (utilidade, pertinência, adequação).</p>	<p>- Núcleo Executivo da Rede Social.</p>	<p>- Centro Social de Paramos;</p> <p>- Centro de Respostas Integradas do Porto Central;</p> <p>- Associação de Desenvolvimento do Concelho de Espinho;</p> <p>- Núcleo Local de Inserção do Rendimento Social de Inserção;</p> <p>- Agrupamento dos Centros de Saúde do Grande Porto IX – Espinho/Gaia.</p>	<p>Articulação com medidas nacionais/locais⁵</p> <p>Plano Nacional para a Redução dos Comportamentos Aditivos e das Dependências 2013-2020.</p> <p>Objectivo Geral: Prevenir, dissuadir, reduzir e minimizar os problemas relacionados com o consumo de substâncias psicoactivas, os comportamentos aditivos e as dependências.</p>

⁵ Ver em anexo a descrição completa das medidas nacionais e locais apresentadas na tabela de forma resumida.

Eixo 4 – Saúde						
Objectivo Geral: 4. Contribuir para a melhoria, manutenção ou recuperação da saúde no concelho de Espinho.						
Problema	Grupo-alvo	Objectivos específicos	Metas	Indicadores	Responsável	Parceiros
- Inexistência, no município, de respostas adequadas no domínio da prevenção e da reinserção, face ao término dos projectos PRI.	- Instituições e técnicos que intervêm no terreno.	4.5. Reforçar o grau de conhecimento e formação dos técnicos das diferentes instituições a operar no terreno, potenciando as suas capacidades no âmbito da intervenção preventiva.	- Realizar, em 2014 e 2016, duas acções de formação (uma em cada ano), direccionadas para técnicos no âmbito da intervenção preventiva.	- Grau de concretização das acções de formação no tempo previsto; - Número de entidades e técnicos abrangidos com as acções de formação; - Grau de satisfação dos formandos com as acções de formação quanto a diversos indicadores: utilidade, adequação, pertinência, satisfação global, entre outros.	- Centro de Respostas Integradas do Porto Central.	- Centro Social de Paramos.
Ausência de dados actuais relativamente à dimensão do fenómeno do consumo de substâncias psicoactivas e outras adições comportamentais	Instituições e técnicos que intervêm no terreno	4.6. Actualizar o conhecimento sobre o nível do consumo de SPA e outras adições comportamentais no concelho.	- Realizar, até final de 2014, o diagnóstico ao nível do consumo de SPA e outras adições comportamentais do concelho de Espinho	- Grau de concretização do diagnóstico no tempo previsto; - Número de entidades e técnicos envolvidos na prossecução do diagnóstico; - Identificação das necessidades de intervenção e propostas de intervenção.	Centro de Respostas Integradas do Porto Central.	Rede Social de Espinho.
Articulação com medidas nacionais/locais ⁶						
Plano Nacional para a Redução dos Comportamentos Aditivos e das Dependências 2013-2020. Objectivo Geral: Prevenir, dissuadir, reduzir e minimizar os problemas relacionados com o consumo de substâncias psicoactivas, os comportamentos aditivos e as dependências.						

⁶ Ver em anexo a descrição completa das medidas nacionais e locais apresentadas na tabela de forma resumida.

Eixo 4 - Saúde						
Objectivo Geral: 4. Contribuir para a melhoria, manutenção ou recuperação da saúde no concelho de Espinho.						
Problema	Grupo-alvo	Objectivos específicos	Metas	Indicadores	Responsável	Parceiros
<p>- Desconhecimento da realidade local ao nível do consumo das substâncias psicoactivas em contextos recreativos.</p>	<p>- Instituições e técnicos que intervêm no terreno.</p>	<p>4.7. Determinar a necessidade de intervir ao nível da redução de riscos e minimização de danos em contextos recreativos.</p>	<p>- Realizar, até final de 2014, um diagnóstico das necessidades de intervenção no âmbito da redução de riscos e minimização de danos em contextos recreativos, no concelho de Espinho.</p>	<p>- Grau de concretização do diagnóstico no tempo previsto; - Número de entidades e técnicos envolvidos na prossecução do diagnóstico; - Grau de identificação das necessidades de intervenção e propostas de intervenção.</p>	<p>- Centro de Respostas Integradas do Porto Central.</p>	<p>- Rede Social de Espinho.</p>
		<p>4.8. Implementar, numa óptica de continuidade, um projecto de prevenção no concelho.</p>	<p>- Realizar, entre 2014 e 2016, uma candidatura ao Programa de Respostas Integradas do PORI, ao eixo da prevenção.</p>	<p>- Grau de concretização da candidatura no tempo previsto; - Resposta à candidatura (deferimento/indeferimento).</p>	<p>- Centro Social de Paramos</p>	<p>- Rede Social</p>
<p>- Inexistência de respostas adequadas ao domínio da prevenção e da reinserção, face ao término dos projectos PRI.</p>	<p>- Indivíduos com percursos de dependência de substância psicoactivas, aptos para iniciarem um processo de reinserção.</p>	<p>4.9. Implementar, numa lógica de continuidade, um projecto de reinserção social no concelho.</p>	<p>- Realizar, até ao fim de 2013, uma candidatura ao Programa de Respostas Integradas do PORI, ao eixo da reinserção.</p>	<p>- Grau de concretização da candidatura no tempo previsto; - Resposta à candidatura (deferimento/indeferimento).</p>	<p>- Associação de Desenvolvimento do Concelho de Espinho.</p>	<p>- Rede Social</p>

⁷ Ver em anexo a descrição completa das medidas nacionais e locais apresentadas na tabela de forma resumida.

Eixo 4 – Saúde						
Objectivo Geral: 4. Contribuir para a melhoria, manutenção ou recuperação da saúde no concelho de Espinho.						
Problema	Grupo-alvo	Objectivos específicos	Metas	Indicadores	Responsável	Parceiros
<p>- Cortes financeiros no Estado que colocam em causa a continuidade dos projectos no âmbito da redução de riscos e minimização de danos.</p>	<p>- Consumidores de substâncias psicoactivas</p>	<p>4.10. Garantir a continuidade ao projecto SMACTE.</p>	<p>- Realizar, entre 2014 e 2016, uma candidatura ao Programa de Respostas Integradas do PORI, eixo da redução de riscos e minimização de danos.</p>	<p>- Grau de concretização da candidatura no tempo previsto; - Resposta à candidatura (deferimento/ indeferimento); - Número anual de pessoas abrangidas pelo projecto.</p>	<p>- Centro Social de Paramos</p>	<p>- Rede Social</p>
				<p>Articulação com medidas nacionais/ locais</p>		<p>Plano Nacional para a Redução dos Comportamentos Aditivos e das Dependências 2013-2020. Objectivo Geral: Prevenir, dissuadir, reduzir e minimizar os problemas relacionados com o consumo de substâncias psicoactivas, os comportamentos aditivos e as dependências.</p>

Outros Recursos Concelhos na Área da Saúde

Tipologia	Resposta Projecto	Instituição	Local
Centros de Saúde	Unidade de Cuidados de Saúde Personalizados da Marinha (Sivalde)	Agrupamento de Centros de Saúde do Grande Porto IX - Espinho/Gaia (ACES Espinho/Gaia)	Freguesia de Sivalde
	Unidade de Cuidados de Saúde Personalizados de Espinho		Freguesias de Espinho e Guetim.
	Unidade de Cuidados de Saúde Personalizados de Paramos		Freguesia de Paramos.
	Unidade de Cuidados de Saúde Personalizados de Sivalde		Freguesia de Sivalde
	Unidade de Saúde Familiar de Anta		Freguesias de Anta.
	Centro Hospitalar Vila Nova de Gaia/Espinho (CHVNG/E)		Centro Hospitalar Vila Nova de Gaia/Espinho (CHVNG/E)
Farmácia Social	Farmácia Social	Associação de Socorros Mútuos A Familiar de Espinho	Concelho de Espinho
Serviços de Saúde da Rede Privada Sem Fins Lucrativos	Serviços de Saúde	Delegação de Espinho da Cruz Vermelha Portuguesa	Concelho de Espinho
	Clínica da Familiar	Associação de Socorros Mútuos A Familiar de Espinho	Concelho de Espinho
Serviços de Saúde da Rede Privada	Serviços de Saúde	Clínica Psicopedagógica Reflexus K	Concelho de Espinho e outros
	Projecto de Transporte de Municípios para o Centro Hospitalar de Vila Nova de Gaia/Espinho	Câmara Municipal de Espinho	Concelho de Espinho
Transporte	Consulta Descentralizada de Espinho	Centro de Respostas Integradas do Porto Central, ARS Norte I.P.	Concelho de Espinho
	Equipa de Prevenção		Concelho de Espinho
	Equipa de Reinserção		Concelhos de Espinho, Arouca, Oliveira de Azeméis, Santa Maria da Feira, São João da Madeira e Vale de Cambra.
Comportamentos Aditivos e Dependências	Equipa de Tratamento de Santa Maria da Feira		

Tipologia	Resposta Projecto	Instituição	Local
Comportamentos Aditivos e Dependências	Ponto de Contacto – Balneário Social	Centro Social de Paramos	Concelho de Espinho
	Programa de Substituição Opiácea de Baixo Limiar de Exigência (Projecto SMACTE)		
	Equipa de Rua SMACTE		

Especificação das medidas nacionais / locais | Eixo 4 – Saúde

Plano Nacional de Saúde 2012-2016

Eixo 3.1. Cidadania em Saúde;

Orientação 20. Os profissionais de saúde devem: considerar e avaliar o contexto socioeconómico e cultural e adequar os cuidados de saúde à realidade do cidadão, família e comunidade.

Eixo 3.2. Equidade e Acesso aos Cuidados de Saúde

A nível organizacional as instituições devem:

Orientação 15. Reforçar o contributo dos serviços de saúde, a nível local, na redução do impacto dos determinantes sociais, enquadrando o acesso como fator-chave para a redução das desigualdades;

Orientação 16. Trabalhar em parceria com outros sectores para desenvolver respostas integradas e proactivas às necessidades em saúde dos grupos vulneráveis.

Eixo 3.4. Políticas Saudáveis

Orientação: 19. A nível organizacional as instituições devem: Promover o diálogo, redes e parcerias de intervenções intersectoriais e multidisciplinares intra e inter-instituições, em processos de planeamento, prestação de serviços e avaliação.

EIXO 5 - HABITAÇÃO

Eixo 5 - Habitação							
Objectivo Geral: 5. Contribuir para a implementação de uma política municipal de habitação qualificada, dinâmica e equitativa.							
Problema	Grupo-alvo	Objectivos específicos	Metas	Indicadores	Responsável	Parceiros	
Articulação com medidas nacionais/locais⁸							
- Concentração nos bairros sociais de uma multiplicidade de problemáticas que acentuam a vulnerabilidade ao risco social.	- Residentes em bairros de gestão camarária.	5.1. Fomentar a inclusão social através da arte e construir novas formas de apropriação positiva dos bairros sociais.	- Estender, a todos os bairros de gestão camarária o projecto de intervenção social pela arte, iniciado no Complexo Habitacional de Paramos.	- Número de bairros abrangidos pelos projectos; - Número de entidades e pessoas abrangidas pelo projecto. - Grau de satisfação das pessoas abrangidas pelo projecto.	- Câmara Municipal de Espinho.	- Conselho Local de Acção Social da Rede Social de Espinho.	Plano Director Municipal Objectivo 1. Programa Nacional da Política de Ordenamento do Território (PNPOT) Objectivo 4.3. Medida Prioritária 2.
- Inexistência de um Plano Local de Habitação.	- Entidades que actuam no âmbito da habitação e proprietários.	5.2. Identificar e hierarquizar as necessidades habitacionais e as áreas problema a nível municipal e definir um quadro de objectivos estratégicos, instrumentos e projectos enquadrados na política pública de habitação e reabilitação urbana.	- Impulsionar e contribuir de forma activa para a criação de um Plano Local de Habitação, até finais de 2015.	- Grau de concretização do Plano Local de Habitação (sim/não); - Número e tipo de entidades envolvidas na concretização do Plano Local de Habitação; - N.º e tipo de medidas incluídas no Plano; - Grau de satisfação dos intervenientes e da comunidade em geral com o documento final.	- Câmara Municipal de Espinho.	- Núcleo Executivo da Rede Social.	Plano Estratégico de Habitação 2008/2013 Eixo Estratégico 5 Medida de Acção 5.2. Programa Nacional da Política de Ordenamento do Território (PNPOT) Objectivo 4.3. Medida Prioritária 3 e 4.

⁸ Ver em anexo a descrição completa das medidas nacionais e locais apresentadas na tabela de forma resumida.

Outros Recursos Concelhios na área da Habitação

Tipologia	Resposta Projecto	Instituição	Local
Habitação Social	Habitação Social da DASIS	Câmara Municipal de Espinho	Concelho de Espinho
	Espaço Comum da DASIS	Câmara Municipal de Espinho	Concelho de Espinho
Segurança	Polícia de Bairro	Polícia de Segurança Pública	Bairro da Ponte de Anta e Complexo Habitacional da Quinta de Paramos

Especificação das medidas nacionais / locais | Eixo 5 - Habitação

Plano Director Municipal 2012

Objectivo 1 - Reforço dos níveis de coesão territorial.

Objectivo Específico 1.5. Optimização da rede de equipamentos de perfil social da cidade e das restantes freguesias, reforçando a igualdade de oportunidades de acesso por parte de todos em termos de integração e inclusão sociais.

Programa Nacional da Política de Ordenamento do Território (PNPOT)

Objectivo Estratégico 4 – Assegurar a equidade territorial no provimento de infra-estruturas e de equipamentos colectivos e a universalidade no acesso aos serviços de interesse geral, promovendo a coesão social.

Objectivo específico 4.3. Desenvolver programas e incentivar acções que melhorem as condições de habitação, nomeadamente no que se refere aos grupos sociais mais vulneráveis.

Medida Prioritária 2 – Implementar iniciativas de gestão e dinamização do mercado de arrendamento público, tornando o parque habitacional público mais qualificado, dinâmico e capaz de responder com maior equidade e proximidade às necessidades sociais da população;

Medida prioritária 3 – Incentivar o cumprimento de objectivos sociais por parte dos promotores imobiliários, nomeadamente através da afectação a habitação social de uma quota-parte da habitação nova ou a reabilitar ou ainda no âmbito de operações integradas de revitalização urbana;

Medida prioridade 4 – Promover a inserção nos instrumentos de planeamento municipais dos objectivos sociais de combate à segregação urbana e de acolhimento e integração dos imigrantes e minorias étnicas, designadamente através da institucionalização dos princípios da diversidade nos modelos de uso e tipologias de habitação.

Plano Estratégico de Habitação 2008/2013

Eixo Estratégico 5 – Implementação e Monitorização das Políticas de Habitação

Medida de Acção 5.2. Programa Local de Habitação.

EIXO 6 – POBREZA E EXCLUSÃO SOCIAL

Eixo 6 – Pobreza e Exclusão Social

Objectivo Geral: 6. Contribuir para a redução da pobreza e exclusão social no concelho

Problema	Grupo-alvo	Objectivos específicos	Metas	Indicadores	Responsável	Parceiros	Articulação com medidas nacionais/locais ⁹
- Inexistência de um Centro Comunitário na freguesia de Espinho.	- Beneficiários do Rendimento Social de Inserção e Acção Social - Comunidade em geral	6.1. Criar, na freguesia de Espinho, um pólo de animação com vista à prevenção de problemas sociais e à definição de um projecto de desenvolvimento local, colectivamente assumido.	- Criar, até 2016, um Centro Comunitário em Espinho.	- Grau de concretização do Centro Comunitário no tempo previsto; - Número e tipo de serviços e actividades promovidos pelo Centro Comunitário; - Número de indivíduos previstos <i>versus</i> abrangidos pelo Centro Comunitário.	- Associação Missionária Cristo é a Solução.	- Instituto de Segurança Social, I.P.	Plano Director Municipal 2012 Objectivo Geral 1. Objectivo Específico 1.5. Programa Nacional da Política de Ordenamento do Território (PNPOT) Objectivo Estratégico 4 Objectivo específico 4.4. Medida prioritária 1. ENPSIS 2008/2010 Prioridade 1
- Inexistência de um Núcleo Executivo para a Acção Social.	- Instituições locais que actuam no âmbito da Acção Social.	6.2. Promover uma maior articulação institucional entre as entidades que actuam no âmbito da Acção Social.	- Criar, até ao fim do primeiro semestre de 2014, um Núcleo Executivo para a Acção Social.	- Grau de concretização do Núcleo Executivo no tempo previsto; - Número anual de processos analisados pelo Núcleo; - Grau de satisfação das entidades envolvidas no Núcleo (adequação, pertinência, utilidade, entre outros).	- Unidade de Desenvolvimento Social e Programas – Serviço Local de Espinho – Centro Distrital de Segurança Social de Aveiro.	- Entidades que integram o Núcleo Local de Inserção do Rendimento Social de Inserção.	PNPOT Objectivo Estratégico 4 Objectivo específico 4.4. Medida prioritária 2. ENPSIS 2008/2010 Prioridade 1

⁹ Ver em anexo a descrição completa das medidas nacionais e locais apresentadas na tabela de forma resumida.

Eixo 6 – Pobreza e Exclusão Social						
Objectivo Geral: 6. Contribuir para a redução da pobreza e exclusão social no concelho						
Problema	Grupo-alvo	Objectivos específicos	Metas	Indicadores	Responsável	Parceiros
<p>- Aumento do número de pedidos para apoio ao nível da alimentação.</p>	<p>- População vulnerável ao risco social</p>	<p>6.3. Adequar as respostas concelhias às necessidades de apoio alimentar da população mais vulnerável ao risco social.</p>	<p>- Elaborar, em 2014, um processo de avaliação de todos os projectos concelhios que actuem no âmbito do apoio alimentar.</p>	<p>- Grau de concretização do processo de avaliação no tempo previsto (sim/não); - Número e tipo de medidas advindas do processo de avaliação.</p>	<p>- Núcleo Executivo da Rede Social.</p>	<p>- Conselho Local de Acção Social.</p>
		<p>6.4. Suprir as carências alimentares detectadas no concelho.</p>	<p>- Criar, até ao fim de 2016, uma cantina social no concelho.</p>	<p>- Grau de concretização da cantina social (sim/não); - Número de pessoas que acedem por mês à cantina social; - Grau de satisfação dos utilizadores com a cantina social.</p>	<p>- Associação de Desenvolvimento do Concelho de Espinho e/ou Santa Casa da Misericórdia de Espinho</p>	<p>- Rede Social de Espinho.</p>
						<p>Programa Nacional da Política de Ordenamento do Território (PNPOT) Objectivo Estratégico 4 Objectivo específico 4.4. Medida prioritária 3. Programa Nacional da Política de Ordenamento do Território (PNPOT) Objectivo Estratégico 4 Objectivo específico 4.4. Medida prioritária 1. Plano Director Municipal 2012 Objectivo Geral 1. Objectivo Específico 1.5. ENPSIS 2008/2010 Prioridade 1</p>

¹⁰ Ver em anexo a descrição completa das medidas nacionais e locais apresentadas na tabela de forma resumida.

Eixo 6 – Pobreza e Exclusão Social							
Objectivo Geral: 6. Contribuir para a redução da pobreza e exclusão social no concelho							
Problema	Grupo-alvo	Objectivos específicos	Metas	Indicadores	Responsável	Parceiros	
		Articulação com medidas nacionais/locais¹¹					
- Um protocolo de RSI é insuficiente para fazer face às necessidades.	- População integrada no Rendimento Social de Inserção.	6.5. Alargar a intervenção multidisciplinar, multissetorial e integrada promovida pela Equipa do Protocolo de RSI a um maior número de beneficiários.	- Reforçar, até 2016, a equipa do Protocolo de RSI.	- Número de novos técnicos que integram a equipa do Protocolo de RSI; - Número de novos casos acompanhados pela Equipa do Protocolo do RSI.	- Associação de Desenvolvimento do concelho de Espinho.	- Centro Distrital de Segurança Social de Aveiro - Instituto de Segurança Social, I.P.	PNPOT Objectivo Estratégico 4 Objectivo específico 4.4. Medida prioritária 1. ENPSIS 2008/2010 Prioridade 1
- Inexistência de intervenção precoce no concelho.	- Crianças, entre os 0 e os 6 anos, com alterações nas funções ou estruturas do corpo que limitam a participação nas actividades típicas para a respectiva idade ou com risco grave de atraso de desenvolvimento e respectivas famílias.	6.6. Reforçar a actuação local no domínio da Educação Especial e contribuir para a promoção da universalidade do acesso aos serviços de intervenção precoce.	- Criar, até 2016, um Projecto de Qualificação e Intervenção Precoce no concelho.	- Grau de concretização do Projecto de Qualificação e Intervenção Precoce no tempo previsto; - Número de crianças previstas <i>versus</i> abrangidas pelo projecto; - Grau de cobertura e lista de espera de crianças para integrarem o projecto.	- Cerciespinho	- Não se aplica.	- Estratégia Nacional para a Deficiência 2011-2013 Eixo 3 'Autonomia e Qualidade de Vida'; Medida 44 Implementar o Sistema Nacional de Intervenção Precoce na Infância.

¹¹ Ver em anexo a descrição completa das medidas nacionais e locais apresentadas na tabela de forma resumida.

Eixo 6 – Pobreza e Exclusão Social						
Objectivo Geral: 6. Contribuir para a redução da pobreza e exclusão social no concelho						
Problema	Grupo-alvo	Objectivos específicos	Metas	Indicadores	Responsável	Parceiros
- Existência de listas de espera para as valências de Centro de Actividades Ocupacionais e Lar.	- Jovens e adultos, a partir dos 16 anos, com deficiência grave.	6.7. Aumentar a capacidade dos Centros de Actividades Ocupacionais.	- Criar, até Dezembro de 2016, 30 novas vagas em CAO.	- Número de novas vagas criadas no tempo previsto; - Lista de espera após a criação das novas vagas.	- Cerciespinho	- Centro Distrital de Segurança Social de Aveiro - Instituto de Segurança Social, I.P.; - Câmara Municipal de Espinho.
	- Pessoas com deficiência com idade igual ou superior a 16 anos	6.8. Aumentar a capacidade do Lar residencial.	- Encontrar, até 2016, soluções de base local para a construção de um novo Lar.	- Aquisição de um terreno para a construção de um lar (sim/não); - Número e tipo de entidades envolvidas.		
- Inexistência de serviços especializados para a deficiência motora, auditiva e visual.	- Pessoas portadoras de deficiência e respectivas famílias.	6.9. Disseminar, entre a comunidade local, o conhecimento sobre os recursos municipais e supramunicipais no âmbito da deficiência.	- Identificar, até Dezembro de 2014, todos os recursos para todos os tipos de deficiência ao nível supramunicipal e integrar no guia de recursos local.	- Grau de concretização do levantamento no tempo previsto; - Integração dos recursos no Guia de Recursos da Rede Social de Espinho (sim/não).	- Núcleo Executivo da Rede Social de Espinho.	- Cerciespinho

Articulação com medidas nacionais/locais¹²

Estratégia Nacional para a Deficiência 2011-2013
Eixo 3 – Autonomia e Qualidade de Vida
Medida 67 – Executar o aumento da capacidade dos centros de actividades ocupacionais;
Medida 65 – Executar o aumento da capacidade dos lares residenciais;
Medida 69 - Promover a cooperação entre estruturas locais e supra locais da rede social relativamente aos direitos das pessoas com deficiência.

¹² Ver em anexo a descrição completa das medidas nacionais e locais apresentadas na tabela de forma resumida.

Eixo 6 – Pobreza e Exclusão Social						
Objectivo Geral: 6. Contribuir para a redução da pobreza e exclusão social no concelho						
Problema	Grupo-alvo	Objectivos específicos	Metas	Indicadores	Responsável	Parceiros
<ul style="list-style-type: none"> - Dificuldades em identificar, com precisão, o número de pessoas portadoras de deficiência residentes no concelho. 	<ul style="list-style-type: none"> - Pessoas portadoras de deficiência. 	<p>6.10. Actualizar o conhecimento sobre a população portadora de deficiência residente no concelho e as suas necessidades.</p>	<ul style="list-style-type: none"> - Realizar, até Dezembro de 2015, um levantamento das pessoas com deficiência no concelho e criar mecanismos de actualização da informação estatística. 	<ul style="list-style-type: none"> - Grau de concretização do levantamento no tempo previsto; - Número de pessoas identificadas; - Tipo de sugestões de intervenção que saem do levantamento. 	<ul style="list-style-type: none"> - Núcleo Executivo da Rede Social de Espinho. 	<ul style="list-style-type: none"> - Ceriespinho; - Câmara Municipal de Espinho; - Conselho Local de Acção Social.
<ul style="list-style-type: none"> - Inexistência de uma estrutura de acolhimento de vítimas de violência doméstica. - Inexistência de uma estrutura de acolhimento dos sem-abrigo e elevado custo da habitação/quartos no concelho. 	<ul style="list-style-type: none"> - Pessoas em situação de vulnerabilidade social. 	<p>6.11. Garantir o acolhimento, no concelho, de pessoas e famílias em situações de vulnerabilidade social.</p>	<ul style="list-style-type: none"> - Criar, até Dezembro de 2015, uma Comunidade de Inserção com Alojamento, com pelo menos 15 vagas. 	<ul style="list-style-type: none"> - Grau de concretização da Comunidade de Inserção no tempo previsto; - Número de vagas previstas <i>versus</i> criadas; - Lista de espera anual para a integração na Comunidade de Inserção. 	<ul style="list-style-type: none"> - Delegação de Espinho da Cruz Vermelha Portuguesa. 	<ul style="list-style-type: none"> - Centro Distrital de Segurança Social de Aveiro - Instituto de Segurança Social, I.P.
<p>Articulação com medidas nacionais/locais¹³</p> <p>(continuação).</p> <p>IV Plano Nacional contra a Violência Doméstica (2011 - 2013): Área Estratégica de Intervenção 2 - Proteger as vítimas e promover a integração social Medida 19 – Acolhimento de vítimas de violência doméstica em situação de emergência, em respostas integradas já existentes.</p>						

¹³ Ver em anexo a descrição completa das medidas nacionais e locais apresentadas na tabela de forma resumida.

Eixo 6 – Pobreza e Exclusão Social							
Objectivo Geral: 6. Contribuir para a redução da pobreza e exclusão social no concelho							
Problema	Grupo-alvo	Objectivos específicos	Metas	Indicadores	Responsável	Parceiros	
- Resistência dos sem-abrigo à mudança do estilo de vida, comorbidade de patologias de dependência e desestruturação familiar.	- Sem-abrigo	6.12. Implementar, no concelho, um modelo de intervenção e acompanhamento integrado no território que actue no âmbito dos Sem-abrigo.	- Criar, até Dezembro de 2014, um Núcleo de Planeamento e Intervenção Sem-abrigo (NPISA).	- Grau de constituição do NPISA no tempo previsto; - Número e tipo de entidades que integram o NPISA.	- Núcleo Executivo da Rede Social de Espinho.	- Conselho Local de Acção Social.	Articulação com medidas nacionais/locais ¹⁴ Estratégia Nacional para a integração de pessoas sem-abrigo: Eixo 1 - Conhecimento do fenómeno, informação, sensibilização e educação; Eixo 2 - Qualificação da Intervenção.
- Agravamento do número de crimes de violência doméstica.	- Vítimas de violência doméstica.	6.13. Encontrar soluções de base supramunicipal para apoio às vítimas de violência doméstica.	- Estabelecer, em 2015, parcerias com concelhos limítrofes que compreendam o apoio às vítimas de violência doméstica, através de um grupo de trabalho.	- Número de entidades envolvidas segundo o concelho de pertença; - Número e tipo de soluções propostas versus implementadas.	- Núcleo Executivo da Rede Social.	- Conselho Local de Acção Social.	IV Plano Nacional contra a Violência Doméstica (2011 - 2013): Área estratégica de intervenção 1 — Informar, sensibilizar e educar Medida 2. Área Estratégica de Intervenção 2 - Proteger as vítimas e promover a integração social Medidas 22 e 23.

¹⁴ Ver em anexo a descrição completa das medidas nacionais e locais apresentadas na tabela de forma resumida.

Eixo 6 – Pobreza e Exclusão Social

Objectivo Geral: 6. Contribuir para a redução da pobreza e exclusão social no concelho

Problema	Grupo-alvo	Objectivos específicos	Metas	Indicadores	Responsáveis	Parceiros	Articulação com medidas nacionais/locais ¹⁵
- Falta de formação dos técnicos na área da violência doméstica.	- Instituições e técnicos que actuam no concelho de Espinho.	6.14. Disseminar conhecimentos técnicos, junto das instituições que actuam na área social, sobre a intervenção no âmbito da violência doméstica.	- Realizar, até Dezembro de 2015, uma acção de formação no âmbito da violência doméstica.	- Grau de concretização da acção de formação (sim/não); - Número de técnicos e instituições envolvidas na acção de formação; - Grau de satisfação dos formandos com a acção de formação (utilidade, pertinência, adequação, entre outros).	- ADCE e/ou Cerci Espinho e/ou Centro Social de Paramos	- Rede Social de Espinho.	Plano Nacional para a Igualdade IV; Eixo 3 – Educação, Ensino Superior e Formação ao Longo da Vida Medida 30. IV Plano Nacional contra a Violência Doméstica (2011 - 2013); Área Estratégica de Intervenção 4 – Qualificar profissionais Medidas 37, 40 e 42.
- Prevalência significativa do analfabetismo, baixas habilitações literárias na etnia cigana.	- Crianças e jovens de etnia cigana.	6.15. Promover a inclusão social de crianças e jovens de etnia cigana através de respostas integradas, de prevenção e combate ao abandono e insucesso escolar.	- Dar continuidade ao PIEF em 2014, 2015 e 2016.	- Número anual de turmas criadas e alunos previstos versus envolvidos no PIEF; - Número de alunos envolvidos no PIEF versus número de alunos que terminam com sucesso o curso; - Número anual de desistências segundo o motivo.	- Centro Distrital de Segurança Social de Aveiro, ISS, I.P.	- Rede Social de Espinho.	PNPOT Objectivo Estratégico 4 Objectivo específico 4.4. Medida prioritária 2 ENPSIS 2008/2010 Prioridade 2

¹⁵ Ver em anexo a descrição completa das medidas nacionais e locais apresentadas na tabela de forma resumida.

Eixo 6 – Pobreza e Exclusão Social							
Objectivo Geral: 6. Contribuir para a redução da pobreza e exclusão social no concelho							
Problema	Grupo-alvo	Objectivos específicos	Metas	Indicadores	Responsável	Parceiros	
Articulação com medidas nacionais/locais ¹⁶							
- Absentismo e fraca valorização da escola; - Desinteresse e dificuldades de inserção profissional.	- Etnia Cigana	6.16. Promover a inclusão escolar da comunidade cigana, através da mediação social e comunitária.	- Renovar, em 2016, o projecto Multivivências através de uma candidatura ao programa Escolhas.	- Resposta do programa Escolhas à candidatura submetida (deferimento ou indeferimento); - Número e tipo de actividades propostas versus promovidas pelo Multivivências; - Número de pessoas abrangidas pelo Multivivências segundo a caracterização sociodemográfica.	- Cerciespinho	- Rede Social de Espinho.	PNPOT Objectivo Estratégico 4 Objectivo específico 4.4. Medida prioritária 2. ENPSIS 2008/2010 Prioridade 3
- Término do CLDS 'Espinho Vivo' em 2014.	- População em geral.	6.17. Promover a inclusão social dos cidadãos, de forma multissetorial e integrada, através de acções a executar em parceria, para combater a pobreza persistente e a exclusão social no concelho.	- Renovar, em 2014, o projecto do CLDS 'Espinho Vivo', através de uma candidatura ao ISS, I.P.	- Resposta do ISS, I.P. à candidatura submetida (deferimento ou indeferimento); - Número e tipo de actividades propostas versus promovidas pelo CLDS; - Número de pessoas abrangidas pelo CLDS segundo a caracterização sociodemográfica.	- Associação de Desenvolvimento do concelho de Espinho	- Câmara Municipal de Espinho; - ISS, I.P.; - Rede Social de Espinho.	Programa Nacional da Política de Ordenamento do Território (PNPOT) Objectivo Estratégico 4 Objectivo específico 4.4. Medidas prioritárias 2 e 3.

¹⁶ Ver em anexo a descrição completa das medidas nacionais e locais apresentadas na tabela de forma resumida.

Outros recursos concelhios na área da Pobreza e Exclusão Social

Tipologia	Resposta Projecto	Instituição	Local
Alimentação	Banco Alimentar Contra a Fome e Programa Comunitário de Ajuda Alimentar a Carenciados (PCAAC)	Centro Social de Paramos	Concelho de Espinho
	Banco de Alimentos e Recursos (BAR)	Cerciespinho	Concelho de Espinho, freguesias limítrofes do distrito de Aveiro
	Programa de Emergência Alimentar	Centro Social e Paroquial de Silvalde	Concelho de Espinho
	Programa de Emergência Alimentar	Santa Casa da Misericórdia de Espinho	Concelho de Espinho
	Rede de Apoio Alimentar	DASIS – Câmara Municipal de Espinho	Concelho de Espinho
	Centro Comunitário	CerciEspinho	Bairro da Ponte de Anta
Centros Comunitários	Centro Comunitário ‘Espaço Vivo’	Centro Social de Paramos	Freguesia de Paramos
	Centro Comunitário ‘Espinho Mar - Espinho Terra’	Associação de Desenvolvimento do Concelho de Espinho	Freguesia de Anta (com excepção do Bairro da Ponte de Anta) e Freguesia de Silvalde
Comunidade de Inserção Contrato Local de Desenvolvimento Social	Comunidade de Inserção	Centro Social de Paramos	Concelho de Espinho
	CLDS ‘Espinho Vivo’	Associação de Desenvolvimento do Concelho de Espinho	Concelho de Espinho.
Serviços Sociais da Rede Pública	Divisão de Acção Social, Intergeneracional e Saúde (DASIS)	Câmara Municipal de Espinho	Concelho de Espinho
	Unidade de Desenvolvimento Social e Programas – Serviço Local de Espinho	Centro Distrital de Aveiro, ISS, I.P.	Concelho de Espinho
Outros Serviços Sociais	Protocolo do Rendimento Social de Inserção	Associação de Desenvolvimento do Concelho de Espinho	Freguesias de Anta, Silvalde, Espinho e Guetim
	Serviços Sociais	Delegação de Espinho da Cruz Vermelha Portuguesa	Concelho de Espinho
Voluntariado	Banco Local de Voluntariado da DASIS	Câmara Municipal de Espinho	Concelho de Espinho

Tipologia	Resposta Projecto	Instituição	Local
Crianças e Jovens em Risco	Comissão de Protecção de Crianças e Jovens em Risco	Comissão de Protecção de Crianças e Jovens em Risco	Concelho de Espinho
	Equipa Multidisciplinar de Apoio aos Tribunais (EMAT)	Instituto de Segurança Social, I.P.	Concelho de Espinho e algumas freguesias do concelho de Santa Maria da Feira.
Deficiência	Associações	Sorriso da Rita	Nacional
	Centro de Actividades Ocupacionais I	Cerciespinho	
	Centro de Actividades Ocupacionais II	Cerciespinho	
	Oficinas de Produção	Cerciespinho	
	Serviços de Educação	Cerciespinho	
	Lar Residencial	Cerciespinho	
	Residência Autónoma	Cerciespinho	
	Gabinete do Emigrante	Câmara Municipal de Espinho	Concelho de Espinho
Emigração & Minorias	Cenários Étnicos do Centro Comunitário Espinho Mar – Espinho Terra	Associação de Desenvolvimento do Concelho de Espinho	Freguesias de Silvalde e Anta
	MultiVivências	Cerciespinho	Concelho de Espinho
Sem-Abrigo	Ponto de Contacto – Balneário Social	Centro Social de Paramos	Concelho de Espinho
Violência Doméstica	Programa Especial para a Violência Doméstica	Polícia de Segurança Pública	Concelho de Espinho

Especificação das medidas nacionais / locais | Eixo 6 – Pobreza e Exclusão Social.

Plano Director Municipal 2012

Objectivo Geral 1. Reforço dos níveis de coesão e territorial

Objectivo Específico 1.5. Optimização da rede de equipamentos de perfil social da cidade e das restantes freguesias, reforçando a igualdade de oportunidades de acesso por parte de todos em termos de integração e inclusão sociais.

Estratégia Nacional para a Deficiência 2011-2013

Eixo 1 – Deficiência e Multidiscriminação

Medida 3 - Promover campanhas de sensibilização e de informação em meio escolar e no local de trabalho sobre a temática da deficiência, destinadas ao público em geral e a públicos específicos.

Plano Nacional para a Igualdade IV

Eixo 3 – Educação, Ensino Superior e Formação ao Longo da Vida

Medida 30 – Promover acções de formação sobre igualdade de género, incluindo as questões da violência de género e d tráfico de seres humanos, nomeadamente através de financiamentos no âmbito da tipologia 7.4. do eixo n.º 7 do POPH

IV Plano Nacional contra a Violência Doméstica (2011 -2013),

Área estratégica de intervenção 1 — Informar, sensibilizar e educar

Medida 2 – Promoção do envolvimento dos municípios na prevenção e combate à violência doméstica, dinamizando o papel das redes locais e regionais.

Área Estratégica de Intervenção 2 - Proteger as vítimas e promover a integração social

Medida 19 – Acolhimento de vítimas de violência doméstica em situação de emergência, em respostas integradas já existentes;

Medida 22 – Aperfeiçoamento do serviço de informação a vítimas de violência doméstica;

Medida 23 – Desenvolvimento de estratégias de intervenção junto de vítimas de violência doméstica particularmente vulneráveis: pessoas idosas, imigrantes, jovens, com deficiência e LGBT;

Área Estratégica de Intervenção 4 – Qualificar profissionais

Medida 37 – Promoção de fóruns de discussão de boas práticas na intervenção junto de vítimas e agressores;

Medida 40 – Promoção de acções de formação que habilitem para a função de técnico(a) d apoio à vítima;

Medida 42 – promoção de formação específica sobre intervenção junto de vítimas particularmente vulneráveis;

Estratégia Nacional para a Integração das Pessoas Sem-Abrigo

Eixo 1 – Conhecimento do fenómeno, informação, sensibilização e educação

Medida 1 - Promover a utilização de um conceito único de “pessoa sem-abrigo, a nível nacional;

Medida 2 - Garantir a monitorização do fenómeno, com vista à adequação das respostas às necessidades reais, através de um Sistema de Informação e Monitorização (SIM);

Medida 3 - Assegurar que os diagnósticos e os Planos de Desenvolvimento Social das redes sociais incluem indicadores relativos ao fenómeno sem-abrigo;

Medida 4 – Garantir a actualização permanente do conhecimento e a luta contra a discriminação;

Medida 5 - Garantir acessibilidade e disponibilização de informação permanentemente actualizada sobre o tema e os recursos existentes.

Eixo 2 – Qualificação da Intervenção

Medida 1- Promover a qualidade técnica da intervenção;

Medida 2 - Garantir eficácia e eficiência na intervenção;

Medida 3 – Garantir a qualidade das respostas, dos serviços prestados e a logística operacional dos equipamentos fixos ou móveis que prestam apoio às pessoas sem-abrigo;

Medida 4 - Assegurar a existência de respostas que garantam que ninguém é desinstitucionalizado sem que tenham sido accionadas todas as medidas necessárias para lhe garantir um lugar adequado para viver, bem como os apoios necessários, sempre que se justifique;

Medida 5 – Assegurar que ninguém tenha de permanecer na rua por mais de 24 horas;

Medida 6. Assegurar o apoio técnico à saída de um alojamento temporário durante o tempo necessário;

Medida 7 - Assegurar a existência de condições que garantam a promoção de autonomia, através da mobilização e contratualização de todos os recursos disponíveis de acordo com o diagnóstico e as necessidades.

Programa Nacional da Política de Ordenamento do Território (PNPOT)

Objectivo Estratégico 4 – Assegurar a equidade territorial no provimento de infra-estruturas e de equipamentos colectivos e a universalidade no acesso aos serviços de interesse geral, promovendo a coesão social.

Objectivo específico 4.4. Dinamizar redes de equipamentos colectivos e programas para responder com eficácia às necessidades dos diferentes grupos sociais e das famílias, promovendo a integração dos grupos mais vulneráveis face à pobreza e à exclusão social e

garantindo a integração dos grupos mais vulneráveis face à pobreza e à exclusão social e garantindo a segurança a todos os cidadãos.

Medida prioritária 1. Desenvolver um planeamento participado e reforçar a oferta de equipamentos de solidariedade e acção social, por forma a responder com eficácia às necessidades dos diferentes grupos sociais, nomeadamente, da infância e juventude, da população idosa, dos deficientes e de outros grupos vulneráveis, contribuindo para a promoção da equidade, da inclusão social e de uma resposta concertada de apoio às famílias.

Medida Prioritária 2. Desenvolver intervenções integradas de base territorial de combate à pobreza e à exclusão social, em parceria Estado, Autarquias e Instituições públicas e privadas, promovendo acções que contribuam para o desenvolvimento e qualificação de grupos excluídos socialmente ou com necessidades de apoio específico, nomeadamente imigrantes.

Medida prioritária 3. Reforçar o desenvolvimento das redes sociais, através da consolidação e alargamento das parcerias a nível local e do aprofundamento da abordagem estratégica, articulando-as, nomeadamente, com os instrumentos de gestão territorial.

Estratégia Nacional para a Protecção Social e Inclusão Social (ENPSIS) 2008/2010

Prioridade 1 – Combater a pobreza das crianças e dos idosos, através de medidas que assegurem os seus direitos básicos de cidadania;

Prioridade 2 – Corrigir as desvantagens na educação e formação / qualificação;

Prioridade 3 – Ultrapassar as discriminações, reforçando a integração de grupos específicos, nomeadamente: pessoas com deficiências e incapacidades, imigrantes e minorias étnicas.